

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

UM EX-MORGADO DE GUIMARÃES EM MINAS GERAIS.

CARRATO, José Ferreira

Ano: 1969 | Número: 79

Como citar este documento:

CARRATO, José Ferreira, Um Ex-Morgado de Guimarães em Minas Gerais. *Revista de Guimarães*, 79 (3-4) Jul.-Dez. 1969, p. 145-192.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Um ex-morgado de Guimarães em Minas Gerais

Pelo Doutor JOSÉ FERREIRA CARRATO
da Universidade de São Paulo (Brasil)

O Colégio do Caraça, fundação portuguesa educacional, que existiu na Província de Minas Gerais, no Brasil, de 1820 a 1842, é o resultado prático dos veementes desejos manifestados pelo misterioso Irmão Lourenço de Nossa Senhora, que em 1774 lançou na Serra do mesmo nome — uma das mais alpestres e belas do sistema orográfico brasileiro — o seu eremitério de irmãos leigos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Será o seu Testamento, feito perante a autoridade notarial em 1806, que os padres lazaristas portugueses Leandro Rebelo Peixoto e Castro e António Ferreira Viçoso irão cumprir nesse período de vinte e dois anos. O antigo Eremitério transformar-se-á naquele tão almejado «estabelecimento e residência de Missionarios» de Lourenço, enquanto o Hospício de peregrinos se transmutará no «Seminário de meninos» proposto pelo Testamento, onde aprenderão «as primeiras letras e mais artes, sciencias ou lingoas, como Grammatica, Philosophia racional e Morab», ainda segundo os termos da última vontade do estranho Ermitão-Mor, advindo às Minas Gerais das terras da Beira Alta (1).

Que a última vontade de Lourenço irá ser mais que cumprida a melhor prova é a fundação do Colégio em 1820,

(1) «Testamento do Irmão Lourenço de Nossa Senhora». In *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil), 1904, Ano IX, p. 759/760.

que se regerà pelo «Regulamento do Seminario da Imperial Caza de N. S.^a Mãi dos Homens na Serra do Caraça», inserto na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VII, das páginas 899 a 907. Segundo esse «Regulamento», ficam estabelecidos no Colégio recém-instalado «aquelles estudos que se julgarem preliminares não somente para os moços que aspirarão ao estado ecclesiastico, mas também á magistratura» (2). O Colégio do Caraça será, pois, uma escola de cursos preparatórios, uns encaminhando à carreira eclesiástica, e outros às academias superiores, especialmente de direito.

O Colégio do Caraça será igualmente um seminário, isto é, aquella escola privativa dos candidatos ao estado eclesiástico. Por alguns anos, seus estudos não têm differença dos cursos leigos, que preparam para as carreiras do mundo. Mas, a partir de determinado estágio escolar, especializa-se, enveredando por um currículo teológico estrito, que no Caraça somente será interrompido pelo noviciado à Congregação da Missão. Tivemos ocasião de recordar, em outra oportunidade, que a instituição dos seminários, na história da Igreja Moderna, está vinculada especialmente aos lazaristas. Não tanto porque foi São Vicente de Paulo, no *Grand-Siècle* francês seiscentista, um dos vitoriosos criadores da instituição, como também porque sempre sua Congregação dele se valeu eficientemente, seja para o recrutamento dos seus missionários, seja para a preparação do clero secular, pondo-se à direcção deles. É o que acontece em Minas: tão logo se instalam na Serra do Caraça, Leandro e Viçoso cuidam de fundar o Seminário, ao lado do Colégio para os filhos de família. Esse Seminário compõe-se de duas partes: o chamado «Seminário Interno» — que é o nome dado ao noviciado, cujo funcionamento é autorizado pelo Vigário Geral da Congregação, em Roma, desde 23 de Novembro de 1820 — e o Seminário escolástico comum, com os seus currículos preparatórios do estado sacerdotal.

O Seminário do Caraça é uma casa tipicamente lazarista, dentro naturalmente de uma formulação cultural

(2) «Regulamento do Seminario da Imperial Caza de N. Sr.^a Mãi dos Homens na Serra do Caraça» (Noções Preliminares). In *Rev. Arg. Públ. Min. (RAPM)*, cit., ano VII, p. 899.

portuguesa, da qual procede, e do condicionamento sócio-religioso da actualidade brasileira em que está inserido. Nas Noções Preliminares com que abré o seu «Regulamento», acima citado, zeloso da ordem comunitária, o Pe. Leandro Rebelo Peixoto e Castro, «depois de muita meditação» e «ponderar o que pode haver de inconveniente nas Casas de educação», declara que, como não pode haver ordem sem regra, nem sociedade sem leis», anima-se a dar por escrito aquele «Regulamento». Este não tem nada de novo, em relação às casas congêneres europeias e portuguesas: «He analogo» — comenta o Ouvidor Manuel Fernandes Correia Pinto, da Comarca de Sabará, em 1828, no «Relatorio» sobre o Colégio, que envia, por dever de officio, às autoridades do Governo — «aos que se observão em alguns Collegios de Portugal, onde sei por experiencia propria, existir hũa Economia interna, e distribuição de horas essencialmente a mesma q̃. apresenta o Documento n.º 2 (o Ouvidor refere-se ao «Regulamento» de Leandro, que é o Anexo Segundo do seu «Relatorio») (Fls. 1) (3).

O documento enfatiza, à moda vicentina, a ordem e a autoridade, temperando-as daquele paternalismo característico que as ameniza e as faz aceitas, eis que se define como «admirável código de educação, um modelo de verdadeiro humanismo pedagógico, em que a autoridade harmoniosamente se combina com a personalidade e a suavidade» (4). Ali, naquela casa de formação, o elemento mais importante é o superior. Nele reside a autoridade, aquela autoridade firme e serena, que, no dizer de São Paulo, provém de Deus. Mas, para tanto, é preciso que a autoridade consiga reunir em si a virtude, do ponto de vista moral, e a competência, sob o aspecto profissional. Será por isso que as *Constitutiones* da Congregação da Missão prescrevem que os elementos que vão exercer funções dirigentes em sua vida profissional sejam recrutados entre os sacerdotes de maior merecimento. É que

(3) «Relatorio do Ouvidor Manuel Fernandes Correa Pinto, Ouvidor da Comarca do Rio das Velhas (Sabará)». In Documentos Avulsos, n.º 14, do Arquivo do Colégio do Caraça (ACC), Minas Gerais.

(4) Lima, Alceu Amoroso (Tristão de Ataíde) — *Voz de Minas*. Rio de Janeiro, Livr. Agir Editora, 2.ª edição, 1946, p. 124.

o exercício dessas funções irá responder pelo cuidado e o zelo na observância das regras comunitárias e das práticas de piedade conventual, a assunção dos negócios espirituais e temporais dos subordinados, e a guarda e a protecção deles, seja no estímulo de suas virtudes, seja na correcção de seus defeitos. São Vicente de Paulo, em suas *Regulae Communes*(⁵), destaca especialmente o papel da hierarquia em sua Congregação e, em atenção a ela, dedica-lhe todo um capítulo—*De obedientia*—em que estipula as relações entre dirigentes e súbditos, à base da obediência destes em relação àqueles, obediência «pronta, alegre e perseverante», cega mesmo («*et caeca quadam obedientia*»), de modo que fiquem em suas mãos ao seu talento, «como a lima nas mãos do operário» (⁶). Iniciados assim, dentro de um espírito de fé, no Caraça, o Superior e seus auxiliares na direcção da Casa serão imbuídos do sagrado princípio de que sua autoridade vem do Alto e a governarão segundo as normas vicentinas da prática das virtudes cristãs e do temor de Deus, tendo sempre presente a tríplice finalidade da Congregação: a da própria perfeição pessoal, a da evangelização dos pobres e dos camponeses e a da formação de eclesiásticos e de jovens estudantes.

A responsabilidade do superiorato recairá na pessoa do Pe. Leandro Rebelo Peixoto e Castro, que também será o fundador da Casa e do Colégio. Que bem a merece, poderão testemunhá-lo os seus dados biográficos e sua folha de serviços já prestados à Congregação de São Vicente de Paulo. Leandro é um dos filhos mais ilustres da Casa da Cruz, em Guimarães, que teve dias de muito esplendor na segunda metade do século XVIII.

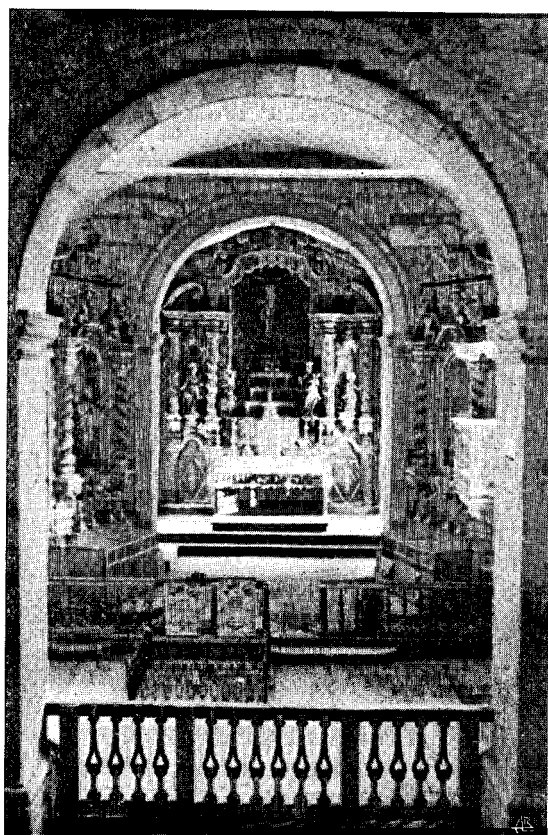
Quem sai de Guimarães, em demanda de Felgueiras, um pouco adiante da encruzilhada que abre caminho para Fafe, passa por um velho e nobre portão de ferro, à direita, arrimado a fortes esteios de granito, num dos quais ainda se lê, em elegante cartela, o nome da Quinta: «Casa da Cruz». Parte do portão um caminho calçado, ladeado de águas cantantes, que sobe e contorna a colina,

(⁵) *Constitutiones ac Regulae Congregationis Missionis*. Parisiis, In Domo Primaria Congregationis Missionis, 1954, Caput V, 2, p. 196.

(⁶) *Idem, ibidem*.



A Igreja da Casa da Cruz



Capela-mor da Igr



Leteiro num dos cunhais da Igreja da Casa da Cruz

indo dar na casa e capela, a um tiro de pedra. É a Casa da Cruz, situada a cavaleiro do vale, dominando a paisagem, com uma ampla vista das serranias em torno. Hoje é uma das inúmeras propriedades agrícolas dos arredores de Guimarães, diferencando-se delas apenas pela graciosa ermida e sua torre alterosa. Mas, ela foi, em outras épocas, uma excelente casa de formação eclesiástica, talvez a melhor instituição escolar de humanidades que teve em Portugal, no século XVIII, a Congregação da Missão de São Vicente de Paulo. Foi fundação de um tal Pe. José Simões, o qual, oriundo do lugar de São Lourenço de Calvos, do concelho de Guimarães, deixou-se empolgar pela maré das grandes migrações do povo minhoto para o Brasil, para a terra fabulosa das Minas Gerais, onde os ouros eram encontrados marchetando os fundos dos ribeirões e doirando as raízes dos capins sertanejos. Era nos primeiros anos da década de 1720-1730. O Pe. José Simões teve sorte no Brasil e acabou sendo provido no cargo de vigário colado da Freguesia da Vila do Carmo (a futura sede do Bispado de Mariana, o primeiro que existiu em Minas Gerais), pela Carta Régia de 4 de Agosto de 1725, onde se demorou por muito tempo, até o ano de 1741, quando, já muito rico do ouro que fora buscar e saudoso dos pagos natais, decidiu regressar a Portugal, voltando para Guimarães. Comprou a quinta em questão, ergueu ali um belo solar e mais uma linda e espaçosa capela, «feita no Anno 1746 p.^a o Louvor de Deos e Bem de Todos», como deixou exarado no canto direito da construção. Em casa, o Pe. Simões abriu escola para as crianças da terra e na capela exercia o ministério. Acabou por ampliar a propriedade e, sentindo-se envelhecer, chamou para junto de si os Padres da Missão, a quem muito admirava, e lhes entregou tudo que ali tinha levantado. Vieram os lazaristas, receberam a Simões como agregado da comunidade e abriram na Casa da Cruz um seminário de formação (7), que durou decênios, de intensa e boa floração, granjeando tal fama que, ao regressar do Grão-Pará, para se empossar em seu Arcebispado Pri-

(7) V. Trindade, Côn. Raimundo — *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, 1945, p. 142/4.

macial de Braga, o notável prelado D. Frei Caetano Brandão veio bater às portas da Casa da Cruz, para dali levar para o seu Seminário Conciliar dois dos padres lazaristas vimaranenses, para o ajudarem a reformá-lo de alto a baixo, como conta expressivamente o historiógrafo Antônio Caetano do Amaral, em suas *Memórias para a história da vida do venerável Arcebispo de Braga Dom Frei Caetano Brandão* (8).

Não parece, porém, que fosse a Casa da Cruz um seminário completo. Teria, como as escolas régias do tempo, os seus cursos preparatórios, de primeiras letras, de latim, e, talvez, de filosofia. O currículo teológico estrito, especializado, esse era feito na Casa lisboeta de Rilhafoles, geralmente antecedido do noviciado, cumprido durante dois anos pelos candidatos à roupeta vicentina. Foi, antes, uma casa preparatória de vocações para a Congregação, as quais, amadurecidas nos estudos das humanidades e das artes, eram depois encaminhadas para Braga ou Rilhafoles. Um dos meninos da região vimaranense que ali se acolheu por vários anos, saindo depois para o Seminário Conciliar e para Rilhafoles, foi o jovem morgado Leandro Rebelo Peixoto e Castro, futuro fundador do Colégio do Caraça, a primeira instituição privada de humanidades que conheceu o Brasil independente. As referências sobre o Pe. Leandro, nos documentos da actual Casa-Mãe dos Lazaristas de Lisboa (Rua do Século, 152), são mínimas; da *Resenha Alfabética dos Membros da Congregação da Missão (Lazaristas) da Província de Portugal* — catálogo biográfico oficial dos padres e irmãos-coadjutores da Congregação Portuguesa — nem consta o local de seu nascimento. Há apenas uma indagação: «Minho?» E, também na dúvida quanto à data do nascimento, o cronista apõe adiante, vagamente: «por 1785». E acrescenta: «Cursa o Seminário de Braga e se ordena em 1806.» (9).

(8) Amaral, Dr. Antônio Caetano do — *Memórias para a história da vida do venerável Arcebispo de Braga Dom Frei Caetano Brandão*. 2.ª edição, Braga, Tipografia dos Orfãos, 1867, 2 v, t. II, p. 71.

(9) «Resenha Alfabética dos Membros da Congregação da Missão (Lazaristas) da Província de Portugal». Na Casa-Mãe da Congregação da Missão em Lisboa (Rua do Século, 152), t. I (A a F).

E nada mais. Dirigimo-nos, pois, a Braga e acabamos por encontrar na Secção de Processos Canónicos do excelente Arquivo Distrital daquela cidade o «Processo de *Genere* do Sr. Leandro Rebello Px.tº de Az.dº e Castro». Trata-se do requerimento em que Leandro solicita a sua ordenação, com todos os testemunhais necessários para provarem a inteireza da sua procedência, da sua vida e dos seus costumes. O processo é dos primeiros meses de 1799, e, entre outras peças de interesse, inclui a certidão de casamento dos pais de Leandro e o seu próprio batistério, anotado nos seguintes termos: «Leandro, filho legítimo de Belchior Rebello Peixoto de Azevedo e Castro, e de sua mulher D. Custodia Bernarda de Faria e Campos do lugar de Recobelo, desta Freguezia de São Martinho de Aguas Santas, Avós Paternos João Rebello Peixoto de Azevedo e Castro, D. Guiomar Vaz Veloza do dito lugar de Recobelo, avós maternos Francisco Rodrigues Alvares e D. Mariana Sousa dos Santos Pinheiro da Vila de Guimaraens freguezia de São Sebastião da Rua Nova das Oliveyras, nasceu em os quatro dias do Mez de Outubro de mil setecentos oitenta, e hum anos, e em os nove dias do dito mez, e ano, foi solemnemente baptizado na Capella da Senhora do Pilar, da mesma Caza de Recobelo, por Decreto de Sua Alteza Real, e foi baptizado por mim o Padre Francisco Lopes de Carvalho Vigario da Parochial Igreja de São Martinho de Aguas Santas, e logo lhe puz os Santos Oleos. Forão padrinhos José Vaz Pereyra do lugar de Paços e Dona Umbelina Maria Peixoto de Azevedo e Andrade da dita Caza de Recobelo, e ambos desta freguezia de Aguas Santas: forão testemunhas o Padre Francisco Xavier Vieira desta Freguezia, e o Padre Antonio da Silva da freguezia de Lanhozo, e para Constar fiz este assento. Era ut supra.» E seguem-se as assinaturas, do vigário, dos padrinhos e das testemunhas⁽¹⁰⁾.

Por este interessante documento, acreditamos dissipadas todas as dúvidas até agora existentes sobre a naturalidade do fundador do Colégio do Caraça e a data do seu nascimento. Ele foi nascido no dia 4 de Outubro de 1781, na Freguesia de São Martinho de Águas Santas,

(10) Processo «De Vita et Genere» do Snr. Leandro Rebello Peixoto e Castro — 1799». In Secção de Processos Canónicos, do Arquivo Distrital de Braga (Portugal), fs. 5 e 5v.

da circunscrição da Póvoa de Lanhoso, junto de Guimarães, em Portugal. Que pertencia a família de prol também não fica dúvida: sua gente, de tradição no lugar, tem o seu solar — a Casa de Recobelo — com capela própria, onde se celebra o baptizado por licença real, em que as testemunhas são dois sacerdotes, talvez agregados à família, a valorizarem com suas presenças o festivo acontecimento. Já tínhamos encontrado, no Arquivo do Caraça, uma crónica manuscrita, intitulada *Vida do Padre Leandro Rabello Peixoto e Castro*, 1.º *Spor. da C. M. B. no Caraça em Minas Geraes*, de 1865, de autor anónimo, que presumimos seja o mesmo que escreveu a *História do Caraça*, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (Ano VI, Fasc. II), quase certamente o Pe. Manuel Joaquim Ferreira da Costa, o popular Padre Ferreirinha, aluno antes e depois professor no Caraça, ainda no tempo do superiorato do Pe. Leandro, e seu fervoroso admirador. Nessa memória, inédita, o autor afirma que Leandro abraçou a carreira eclesiástica contrariando a família, «pois seus Pais, querendo elevá-lo no Foro civil, conheceram a sua repugnância, mas sim a sua vocação ao estado Sacerdotal, o que levaram muito a mal. Pelo que sua Mãe lhe pôs um preceito de nunca receber pelas suas Ordens dinheiro algum, o que observou prontamente até a sua venturosa morte»; e acrescenta: «Com efeito, deixou seus Pais, seus Parentes, seus Amigos, deixou a Pátria, seu Morgado»⁽¹¹⁾. A referida memória transcreve, ao fim, o elogio fúnebre doutro amigo e conhecido de Leandro, Pe. Francisco Xavier Augusto de França, Vigário de Catas Altas, pronunciado quando da trasladação, em 1859, dos restos mortais do mesmo para o Caraça, em que o Pe. França conta que «o Sr. Castro bem como o pobre de Assis renuncia o Morgado, agradece as promessas e vantagens da Casa paterna, e abre as mãos a uma rica bolsa provida de moedas, que lhe oferta uma Tia, que o idolatrava desde o berço»⁽¹²⁾ [sem dúvida,

(11) «Oração fúnebre em memória do Padre Mestre Leandro Rebelo Peixoto e Castro», pelo Cônego Francisco Xavier Augusto de França, da Capela Imperial e Vigário de Catas Altas (Bispado de Mariana, Minas Gerais). In «Vida do P.º Leandro Rabello Peix.º e Castro», obra inédita, MS guardado no ACC, fs. 25.

(12) *Idem*, p. 24.

a tia paterna e madrinha Umbelina Maria Peixoto de Azevedo e Andrade, acima citada], e parte para a sua vocação. Vai bater às portas da Casa da Cruz, em Guimarães, a já conhecida comunidade dos Lazaristas. Após o noviciado, ali bem perto dos seus bons avós maternos, Leandro dirige-se para Braga, para completar os seus estudos eclesiásticos, indo morar na tradicional Rua dos Chãos. Florescia, então, o Seminário Arquiepiscopal, mercê do zelo que lhe prodigalizava o venerando antístite D. Frei Caetano Brandão, para quem, desde os seus dias de pastoreio no Pará, um Seminário deve ser «bem regulado, onde se instruem igualmente nos bons costumes, e na doutrina os sujeitos destinados para o Ministério Eclesiástico, e que têm de vir a ser os Mestres, e Doutores, e as Luzes dos Povos» (13). Com esse propósito, logo que assumira o báculo primaz bracarense, mandara chamar dois padres da Congregação da Missão, para dele tomarem conta: ...«e vae aquillo muito bem» — escreve D. Brandão, em carta de 9 de Dezembro de 1790, ao Dr. António Caetano do Amaral, seu futuro biógrafo — «agora entrão trinta Diaconos em lugar dos Porcionistas, para ahi se disporem para as santas Ordens por aquelle tempo, que eu julgar conveniente, que pouco mais ou menos será um anno. Tem-se grunhido fortemente contra esta minha determinação, allegando mil pretextos, mil inconvenientes, mas têmão paciencia; ha de ser» (14). É a luta que o Prelado inicia contra a ordenação indiscriminada de candidatos, sem qualquer preparação espiritual e intelectual, principiando pela rigorosa selecção dos «pertendentes», através da acção de visitantes arquidiocesanos — homens de sua confiança — que examinam, nas freguesias, as faltas dos sacerdotes, assim como as virtudes dos candidatos; depois, o próprio Arcebispo chama aqueles que devem ser promovidos às Ordens, trabalhando-os em seguida quanto lhe seja possível, não admitindo dispensas dos interstícios, como antes era regra geral: o ordinando, no Seminário de Braga dos fins do século XVIII, é apurado nesse crivo seleccionall rigorosíssimo. Essa é a grande lição que aprenderá para

(13) *Memórias para a história da vida do venerável Arcebispo...*, cit., t. I, p. 115.

(14) *Memórias para a hist.*, cit., t. II, loc. cit.

sempre ali o jovem morgado de São Martinho de Águas Santas, discípulo perfeito que sairá dos seus mestres lazaristas e franceses, vindos especialmente para melhorar o ensino bracarense, como anuncia o Prelado, em 1796, sobre três deles vindos de França para ensinarem Retórica, Risco, Geometria e Álgebra⁽¹⁵⁾. Lição igualmente fecunda para outro futuro formador de homens no Carça, o sacerdote portuense João Moreira Garcez, também saído de Braga.

No Seminário Conciliar de Braga estuda Leandro, defendendo tese de filosofia, com tão boa capacidade «que mereço ser agraciado com a joia de 100\$000»⁽¹⁶⁾, e também a de teologia, em 1800, após ter requerido no ano anterior os exames *de vita et genere*, a fim de ordenar-se⁽¹⁷⁾. Em 1806 já está em Lisboa, na velha Casa-Mãe de Rilhafoles. Tudo leva a crer ter esperado para ordenar-se, pois, ao requerer as dimissórias para as Ordens Sacras, em 1799, tinha dezoito anos incompletos. Afigura-se-nos, pois, muito válida a asseveração do orador de seu necrológio, ao afirmar que Leandro, «carecendo de idade para ascender ao presbiterato, se passa para Lisboa, e em Rilhafoles consuma os estudos eclesiásticos»⁽¹⁸⁾. Por que a informação biográfica do Arquivo da Casa-Mãe lazarista da Rua do Século (Lisboa), de que se teria ordenado em 1806, ajusta-se exactamente aos dados do necrológio. Entretanto, a descida para Lisboa, no caso de Leandro, não se assemelhava às de muitos jovens candidatos bracarenses, os quais, premidos pelo Arcebispo a frequentar o Seminário, sumiam-se para qualquer bispado mais complacente (mesmo Roma...), onde recebiam as ordens à vontade⁽¹⁹⁾. Não é o caso do «Sr.» Castro. «Elevado ao presbiterato» — ainda informa o Pe. França no discurso fúnebre de 1859 — «elle se apresenta como um veterano Ministro do Evangelho, exercendo os cargos de Sacristão-Mor, Prefeito da Saude, e outros empregos da vontade do Superior, que a tudo se sujeitava como o mudo carneiro, apparecendo frequente nos pul-

(15) *Idem*, t. II, p. 295.

(16) «Vida do P.^e Leandro». Cit., p. 5.

(17) *Idem*, *ibidem*.

(18) «Oração fúnebre». Cit., p. 25.

(19) *Memórias para a história...* Cit., t. II, p. 72.

pitos e confessionarios, sem nunca se desculpar com os cargos, nem pretextar receios de consciencia»⁽²⁰⁾. Proferindo excelente oração *De Sapientia*, torna-se professor do Seminário de Rilhafoles, onde revela cedo boas qualidades docentes, a ponto de reger, anos depois, a cadeira de ciências matemáticas, que «elle se anima a ensinar com grande proveito» — diz um de seus biógrafos — «sem nunca as ter aprendido»⁽²¹⁾, afirmação que pomos em dúvida, pois devera ter sido bom discípulo dos mestres franceses, que, ao lado dos companheiros advindos da Casa da Cruz, de Guimarães, tinham sido contratados para trabalhar em Braga, ensinando, como vimos, «risco, geometria e algebra», justamente nos anos em que estudara ele ali⁽²²⁾. Logo, também, revela-se excelente missionário e pregador, assumindo com facilidade e proficiência a direcção das missões, em diversos lugares. À notícia de que são precisos homens para a missão do Brasil, à lembrança de suas patentes qualidades de liderança, seu nome é naturalmente indicado: em 1820 vem para a sua nova tarefa brasileira, conduz-se com extremos de habilidade nos meandros burocráticos da Corte de D. João VI, no Rio de Janeiro, e acaba na posse de uma imensa propriedade, onde terá de instalar um educandário para meninos, o que vai ser a grande obra de sua vida. É que parece ter sido feito sob medida para esse mister. Antes de tudo, ele tem na mais alta responsabilidade a condição do Superior de uma casa de educação. Em seu «Regulamento», escrito nos primeiros anos do Colégio do Caraça, Leandro já adverte aos officiais da Casa (directores e professores) que todos «devem considerar-se revestidos dos caracteres de outros tantos Paes de Família» e inspirar as virtudes da «honra, brio e religião»⁽²³⁾, virtudes ecléticas do seu século, que Leandro repetirá na especificação dos deveres dos jovens estudantes, tal a importância que lhes dá. No Capítulo 2.º, sobre seus próprios deveres de Superior, Leandro declara-se «o primeiro responsável» pelos abusos de todos e por isso mesmo acautela-se prevenindo de que haverá de ser

(20) «Oração fúnebre». Cit., p. 26.

(21) «Vida do P.^e Leandro». Cit., p. 6.

(22) *Memórias para a história...* Cit., t. II, p. 295.

(23) Cap. 1.º. In *RAPM*, cit., VII, p. 900.

«o primeiro exemplar», atento à lição vicentina de que «seria quase inútil dar aos jovens a instrução e não o exemplo» (24). Aliás, ele tentará oferecer o exemplo do pai virtuoso, mas um bom pai à moda portuguesa, em que se deixa possuir daquela «majestosa grandeza que impõe respeito a todos», dotado daquela pronta energia para reconduzir o desobediente, de par com uma bondade sem limites, cheio de afabilidade e de ternura, conforme as circunstâncias. Uma dessas preocupações paternas é a de que todos façam o seu ofício. O dever mais rígido começa com ele. Quando alguém da comunidade deixa de cumprir o seu, sabe que tem de procurá-lo imediatamente e relatar a falta, para receber o competente «aviso cordial», que começa «com uma risadinha» e acaba, por vezes, no palavrão cru, «se o adversário o merece. Os eufemismos de retórica não vêm de molde a seu carácter feito de uma só peça». — quem dá a informação é o seu biógrafo Francisco Silva — «Português de Portugal, como seu patrício Gil Vicente, chama as coisas por seu nome.» (25) Mas, estará sempre pronto a ajudar aos seus subordinados, em caso de necessidade, mesmo que tenha de vender a mobília de casa ou de sair fora a pedir esmolas (26) e, então, o seu imenso coração, aceso num daqueles «fogachos» de entusiasmo luso, como recorda Eça de Queirós (27), se abre inteiro, não somente para acudir aos seus filhos, mas a todos os infelizes e necessitados, o que acontece frequentemente nas missões (28).

As qualidades e os defeitos de Leandro retratam bem o português típico. Antes de tudo, ele será o homem activo, devotado incansavelmente ao seu trabalho, «inimicíssimo da ociosidade»: «as pessoas, que frequentavam suas fundações» — escreve o periódico ouro-preto *O Universal*, em sua necrologia, no dia 1.º de setembro de 1841 — «sabem que elle se multiplicava já na fabrica

(24) Abelly, Louis — *La vie de Saint Vincent de Paul*. Nouvelle édition, Paris, Gaume & Cie., 1891. 3v, t. IV, p. 38.

(25) Silva, Francisco — «Caraça — Apontamentos históricos e notas biográficas». MS existente no Arquivo da Casa-Mãe da Congregação da Missão do Rio de Janeiro, fls. 230.

(26) «Vida do P.º Leandro». Cit., p. 5.

(27) *A illustre Casa de Ramires*. Edição do Centenário, Porto, Lelo & Irmão, 1946, p. 418.

(28) «Vida do P.º Leandro». *Passim*.

dos edificios, já nas aulas, já no confessionario, já nas Missões, em que pregava todos os dias, e confessava até alta noute, e atirando com os cansados membros á pobre cama, vestido de ordinario, como de dia, tomava um breve sono, para repetir no dia seguinte e com o mesmo vigor e efficacia as mesmas funcçoens» (29). «Nas Missões» — a informação agora é de seu biógrafo — «dava quanto tinha para acudir aos peccadores que lhe (*sic*) procuravão, e fallava claramente no Pulpito: Vinde peccadores, que estou prompto em qualquer hora, que vos receberei com todo amor; pois a Missão he para vós» (30). Tomava como lazer trabalhar na horta, «com a Roupeta arregaçada, plantando hervas, e arvoredos, regando-os com suas mãos, sempre com a face alegre», pois diz, em tom divertido, que «mesmo a terra não deve estar ociosa» (31)... Esse amor ao trabalho faz do Superior do Caraça um homem direto, quase pragmático, que vai pronto ao que quer, sem se contentar com teorias ou indecisões; quando Viçoso, ou por escrúpulo ou por irresolução, tergiversa em procurar ter à mão o dinheiro já ganho de missas que haviam celebrado (dinheiro desesperadamente necessário para suas viagens para Minas), Leandro sai, sem qualquer dúvida, e vai à casa do devoto das missas e traz em pouco tempo a espórtula (32). Bem lusitano, o P.^e Leandro é o sujeito emotivo e barulhento, que vive a gritar apelativos e interjeições afetivos — «Ó filho de Deus, vem cá!» — que chora até os soluços, ao se emocionar, que vive «apencionado» com as coisas inúmeras que promove ao mesmo tempo, então com o gesto bem seu de segurar o peito com as mãos. Tem um grave senso de responsabilidade e isso o faz exigir dos subordinados lhe dêem parte de tudo o que fazem, de cada passo que dão, pelo que, por mais ocupado que esteja, jamais deixa de atendê-los, quaisquer que sejam as circunstâncias. Convicto da alta importância espiritual e disciplinar da prática da

(29) Jornal *O Universal*, da cidade mineira de Ouro-Preto, de 1.^o de Setembro de 1841, n.º 909, p. 3.

(30) «Vida». Cit., p. 2.

(31) «Vida». Cit., p. 6.

(32) Pimenta, D. Silvério Gomes — *Vida de D. António Ferreira Viçoso*. 2.^a edição, Mariana, Tip. da Arquidiocese, 1920, p. 25.

obediência, revela em relação a esta virtude o mesmo aprêço dos Jesuítas, de cuja formação monástica são os Lazaristas tão afins, declarando mais de uma vez que não merece o cargo de Superior, pois não aprendeu ainda a obedecer⁽³³⁾. Ao mesmo tempo, em suas práticas recomenda que os súbditos sejam «os mais escrupulosos em obediência pronta às ordens dos Superiores, ainda mesmo deixando qualquer emprego ou de confissionário, do púlpito, e outros afazeres, e que até se deixasse uma letra incompleta, logo que se se ouvisse a voz do Superior»⁽³⁴⁾. Nascerá daqui aquela certa despersonalização da maioria dos filhos da Casa (que é o defeito comum do pessoal das comunidades religiosas), muitos dos quais vão se acostumando à falta de iniciativa e se habituando a deixar a outrem as responsabilidades maiores, sob a alegação de estarem a cumprir a vontade de Deus. Daí o mêdo que passam a sentir da responsabilidade e do compromisso. Dêsse mêdo participará o próprio Leandro, quando se dirige aos seus subordinados: «— Filhos de Deus»— exclama ele — «não me comprometam em caso algum; haja cautela para não comprometer a outro, e especialmente aos Superiores para com a Congregação e o Público»⁽³⁵⁾. É também a velha desconfiança, e até certo ponto uma forma de despreço, que os ascetas alimentam em relação à frágil natureza humana. Mas, parece que Leandro não desconfia apenas dos que o rodeiam; começa por desconfiar e desmerecer de si mesmo. Aqui, a atitude revela-se mais fecunda, pois dá origem á humildade e ao pouco valor pessoal. Humilde, o fundador do Caraça jamais se vangloriará de sua antiga e privilegiada condição de morgado, pois — é seu biógrafo quem o diz — «não se elevava com o titulo de Superior, dando a si mesmo o epitheto de pobre missionario ou de simples P.^e da Missão»⁽³⁶⁾; em seu despreço pessoal, «a nada repugnava, entretinha-se com qualquer occupação da Caza, ora com os enfermos sem distincção, ora mesmo na cozinha entre os escravos, ora na horta», donde o facto de ser «o me-

(33) «Vida do P.^e Leandro». Cit., p. 3.

(34) *Idem, ibidem.*

(35) «Vida». Cit., p. 2.

(36) «Vida». Cit., p. 3.

nos poupado» da comunidade, «contentando-se com o peor» (37). Destacaremos, enfim, o descaso seu e de outros para com a apresentação pessoal, descaso esse que nos deixa na dúvida se é virtude ou pouco asseio. O mesmo cronista anónimo de Leandro, no capítulo que intitula «Mortificação e desprezo próprio», anota que «quando fazia a barba, deixava mal feita alguma parte, e em lugar de lava-la, enxugava com toalha grossa, com intuito também de encobrir sua formosura»; ao lhe virem tirar o retrato, «depois de muita repugnancia annuo, fechando o rosto»; quando viajava, «em Casas dos Grandes abandonava as ricas camas, e deitava-se no chão, e para disfarçar machucava o traveceiro, fazendo cóva no meio do colchão»; «muitas vezes foi necessario hir-se no seo cubiculo p.^a tomar medida de sapatos, de Ropeta etc., porque não procurava por isso: apanhava o barrete velho para substituir um novo» (38) e «se tinha dous pares de sapatos, hum já uzado outro novo, dava este, ficando com aquelle» (39). «Porem» — conclui o cronista — «tinha cuidado com os subditos afim de serem promptamente remediados» — o que acaba fazendo pender em seu favor o nosso juízo, em face da dúvida acima levantada. Sôbre o que não resta dúvida nenhuma é a fé pura, profunda, que Leandro possuía. Sua fé era daquelas mesmas que removiam montanhas. Foi sua grande fé a inspiradora das obras inúmeras e difíceis que atacou em sua vida, rompendo às vezes obstáculos tidos como insuperáveis. Quando — volta a contar o seu biógrafo — «disiam-lhe, Sr. Pe., como se alcançará isto? Dava uma risada, e respondia: ó filho de Deos, a Divina providencia nos ha de valer» (40). Pode-se, pois, dizer que Leandro é um homem de fé, a fé robusta de um simples campónio minhoto, cheia de pureza e ingenuidade.

Mas, no seminário lazarista, o superior terá de ser também o intelectual, o guia mental, o professor. Os jansenistas haviam feito pouco caso de São Vicente de Paulo, porque sempre colocara a virtude adiante da

(37) *Idem*, p. 7.

(38) *Idem*, p. 8.

(39) *Idem*, p. 4.

(40) *Idem*, p. 6.

ciência. É que se esqueciam de que, no fundo sempre o antigo camponês, Vicente tinha seu espírito voltado para as coisas práticas e prestigiava a ciência e os sábios; são provas disso seus diplomas de bacharel em teologia e de licenciado em direito canónico, sua amizade com os doutores da Sorbonne e de Navarre, tais como André Duval, Jean Coqueret e Nicolas Cornet, e seus escritos contra os erros do tempo (41). Donde, pois, sua exigência de que o superior deve ser um intelectual competente e dono das matérias que tiver de ensinar. «Há necessidade da ciência» — diz ele aos seus — mas avisa para que não se deixem levar pela vaidade, pois a *scientia inflat* (42). Sabe-se que Leandro era dotado de sólida formação filosófica, mas igualmente cheio de uma «humildade conjuncta com a modestia que attrahia a todos» (43), sem perder a advertência vicentina. Pela sua boa formação científica, adquirida no Seminário Conciliar de Braga, fica-se sabendo do cuidado especial que punha o grande prelado D. Frei Caetano Brandão, arcebispo primaz, em bem apurar seus seminaristas naqueles estudos, principalmente no campo da crítica e da hermenêutica (44). Essas eram matérias prediletas de Leandro. O cronista Francisco Silva admira-se de que, tendo sido formado nas escolas do fim do século XVIII, «onde a filosofia aristotélica era ainda a única norma do reto pensar», ele mantivesse uma mentalidade tão evoluída e arejada nas coisas do espírito, conduzida segundo um critério de equilibrado ecletismo (45). Ora, não é tanto de admirar, porque Leandro pertence a uma geração de jovens que irão frequentar as escolas portuguesas de filosofia, em que a escolástica de há muito (mesmo antes das reformas pombalinas) recebera o impacto renovador das novas correntes de pensamento do tempo. É que, já na primeira metade do século XVIII, fizera-se premente, em Portugal, a crise intelectual que avassalara a Europa desde os tempos do Renascimento, cujo epicentro fora o nascimento da

(41) Coste, Pierre — *Monsieur Vincent*. Paris, Desclée de Brouwer & Cie., 1931, 3v, t. II, p. 372.

(42) *Idem*, Cap. XI, p. 128.

(43) «Vida do P.^e Leandro». Cit., p. 3.

(44) *Memórias para a história...* Cit., t. I, p. 117.

(45) «Caraça — Apontamentos...» MS cit., fls. 232.

ciência moderna, em franca divergência com a filosofia escolástica tradicional. Acontecera que, com os novos conhecimentos da cultura clássica da Grécia e de Roma e mais os efeitos das grandes viagens e descobrimentos marítimos, os homens dos fins da era renascentista principiaram a desenvolver, em relação ao autoritarismo escolástico da Idade Média, uma atitude crítica cada vez mais desembaraçada. Esses homens — grandes homens do seu tempo — na desconfiança de que as doutrinas tradicionais e as *summae* dos mestres medievais não continham toda a verdade existente no mundo e na natureza, começaram a procurá-la, ultrapassando o *organon* escolástico dos silogismos e dos princípios gerais, pondo em acção os outros princípios lógicos da experiência e da indução. E chegaram a resultados que de longe ultrapassavam os velhos processos da erudição livresca e da dialéctica das disputas. E foi assim que Leonardo da Vinci (1452-1519), Copérnico (1473-1543), Tycho-Brahé (1546-1601), Kepler (1571-1630) e Galileu (1564-1642) criaram a ciência moderna, à base do método experimental. Caberia aos pensadores Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650) darem uma roupagem nova à filosofia, sendo que o primeiro revestiu-a de um atractivo novo, pelo valor prático e exacto que soube dar à indução e pela importância que tributou à experiência e à investigação no conhecimento da natureza, enquanto o segundo teria a glória de reformá-la, merecendo o nome de «pai da filosofia moderna», pela criação da dúvida metódica. Na seguidura principalmente de Bacon e de Newton, acentuou-se na filosofia dos séculos XVII e XVIII em sua pátria, a Inglaterra, e na França, uma prevalência empirista, de que o mais autêntico representante iria ser John Locke (1632-1704), autor do famoso *Essay concerning human understanding* (1690), que teve em toda a Europa uma grande repercussão. Inclusive entre pensadores portugueses, v. g., Luís António Verney (1713-1792), cujo *Verdadeiro Método de Estudar* (obra polémica contra o escolasticismo luso, publicada em 1746), em que o autor reduz sua parte filosófica à lógica e é toda baseada nos princípios fundamentais da crítica do conhecimento do pensador inglês, enquanto aceita para os outros sectores a orientação de Newton nos progressos das ciências físicas e matemáticas. Mas, efectivamente, foram três as correntes

de pensamento que participaram da crítica da filosofia escolástica, em Portugal, no século setecentista: o cartesianismo, o empirismo e o ecletismo. Comentando essa luta, o historiador e filósofo português Joaquim de Carvalho escreve: «Nenhuma gerou qualquer movimento especulativo possante e original, mas todas concorreram para o descrédito da filosofia da Escola: o cartesianismo, mais pela divulgação das concepções físicas que pela irradiação de sua metafísica e do racionalismo das ideias claras e distintas; o empirismo, pelo desapareço da problemática tradicional e correlativo interesse pelos resultados da observação e da experimentação concreta; e o ecletismo, pela liberdade de opinião e pelo repúdio do espírito de sistema.»⁽⁴⁶⁾ Porque as correntes cartesianas e empiristas traziam em seu bojo conceituações que implicavam em dúvidas sobre alguns princípios da fé religiosa, o pensamento oficial português sentiu-se em dificuldades para aceitá-las, pois na verdade a reacção contra o escolasticismo jesuítico não era propriamente uma ruptura com o passado, mas uma tentativa de conciliação das doutrinas tradicionais com as novas ideias do século. Foi exactamente o que propôs a corrente dos ecléticos, que passaram a ter aceitação, já na primeira metade da centúria setecentista. Essa renovação da cultura portuguesa se deveu muito especialmente aos contactos de portugueses com estrangeiros e de «estrangeirados» com portugueses. Dos estrangeiros, salientam-se os jesuítas italianos João Baptista Carbone e Domingos Capasso, chegados a Lisboa em 1722, e iniciadores, o primeiro, dos estudos sistemáticos da astronomia no Reino, e o segundo, ao lado do «estrangeirado» Jacob de Castro Sarmento, de uma nova pedagogia da medicina. Mas, no campo da filosofia eclética, destacam-se o nosso conhecido e «estrangeirado» Martinho de Mendonça de Pina e Proença (que foi Governador interino da Capitania de Minas Gerais, em 1736-7, ocasião em que instalou a Demarcação Diamantina e debelou os motins sertanejos do P^e. Mendes Santiago e D. Maria da Cruz), que, doze anos antes de Verney e muito mais tempo antes de Pombal e seus cola-

⁽⁴⁶⁾ *Subsídios para a história da filosofia e da ciência em Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1950, 3v, t. II, p. 2.

boradores, em 1732, escreveu a sua notável *Carta*, reivindicando a reforma da cultura do seu país, segundo conceitos ecléticos (47); e o padre da Companhia de Jesus, Inácio Soares (1712-1783), no juízo do filósofo lusitano António Alberto de Andrade, «um dos tipos característicos da Filosofia eclética a que também se convencionou apelidar de Aristotélicos renovados», que «abraçou, de boa mente, a ciência nova, não com os entusiasmos desmedidos dos anti-escolásticos, mas com boa vontade de eger a vera ciência, sem compromissos nem excessos fanáticos» (48). Contudo, a filosofia eclética iria ter os seus foros de cidade depois da expulsão da Companhia de Jesus e das reformas das escolas promovidas pelo Marquês de Pombal. E o autor consagrado e oficial do chamado então «empirismo mitigado» passou a ser um filósofo estrangeiro, o Pe. António Genovesi (1712-1769). Discípulo do eminente pensador Giambattista Vico, na Universidade de Nápoles, acabou guindando-se a uma das suas cátedras, e iniciou um interessante trabalho de esclarecimento junto do ambiente eclesiástico italiano sobre as novas doutrinas iluministas, publicando, entre outros trabalhos, as *Meditações filosóficas sobre a religião e a moral* (1758), que muito contribuiu para aquele desiderato. Mas, foi outro livro seu, as *Institutiones Logicae et Metaphysicae*, que vieram a ter, em Portugal, uma grande aceitação. Num momento de impasse doutrinário, essa obra surgiu ali como uma verdadeira fórmula de conciliação espiritual, pois tentava fazer uma média da tradição aristotélica com o empirismo de John Locke: aceitava, por exemplo, a tese empirista inglesa da impossibilidade do conhecimento da essência das coisas e bem assim a da não existência das ideias inatas, mas reivindicava a doutrina escolástica da insolubilidade do problema da origem das ideias, que o empirismo inglês acreditara resolver com a sua teoria das ideias de sensação (qualidades percebidas pelos sentidos) e das ideias de reflexão (produzidas pelas faculdades da alma).

(47) In Andrade, António Alberto de — *Filósofos portugueses do séc XVIII*. Lisboa, Ed. Revista *Filosofia*, 1957, t. I, p. 10 a 21.

(48) Andrade, António Alberto de — *Filósofos portugueses do século XVIII*. Lisboa, Ed. Revista *Filosofia*, 1959, t. III, p. 1.

INSTITUTIONES
LOGICÆ
IN
USUM TIRONUM SCRIPTÆ
AUCTORE
ANTONIO GENUENSI
IN REGIÀ NEAPOLITANÀ STUDIORUM
ACADEMIA ETHICÆ DOCTORE
CURANTE
BENEDICTO JOSEPHO DE SOUSA
FARINHA,
PUBLICO PHILOSOPHIÆ PROFESSORE.
NOVA EDITIO.

OLISIPONE.
EX TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA.
ANNO MDCCLXXXVIII.

Permissu Curiae Palatinae.

*Prostant apud Viduam Filiosque Bertrandos
ad Beatæ Virginis a Martyribus, N. 45.*

Sociedade Martins Sarmiento

Folha de rosto das Institutiones Logicae, de António Genuense,
sob o cuidado do Professor régio Bento José de Sousa Farinha

(Gentileza da Presidência da Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães)

As *Institutiones Logicae*, do «Genuense» — esse o apelido patronímico de António Genovesi, logo espalhado por toda a parte, em Portugal — foram editadas oficialmente no Colégio das Artes, em 1773, e nas demais escolas de filosofia do Reino, tornando-se o texto filosófico mais popular entre os jovens estudantes, instilando-lhes no espírito as novas ideias do chamado «empirismo mitigado» e azevando-os ao hábito de fazerem uma generosa filosofia de abertura espiritual, temperada por um prudente senso de ecletismo e de certa liberdade intelectual, que iria marcar os *clerics* luso-brasileiros durante mais de cem anos. Em Braga, onde cumpriu todos os seus estudos de artes o nosso Pe. Leandro, já desde 1739 trabalhara o citado Inácio Soares, um dos mais antigos promotores da filosofia eclética em Portugal, lecionando filosofia e matemáticas no Real e Pontifício Colégio de São Paulo. Ora, na geral aceitação que havia tido nas escolas régias a obra do Genuense, continuadora dos «aristotélicos renovados», não será exagerada presunção nossa afirmar que na velha capital sueva, em seu Seminário Conciliar, também teria sido ela conhecida e adotada em seu curso de filosofia, que ali iria completar o futuro Pe. Leandro. Teria sido sob a influência dessas novas doutrinas do tempo, de que se impregnou em sua juventude de «artiano» de Braga e Guimarães, que ele adquiriu aquela grande abertura de espírito — aquela «liberdade de filosofar», como ele mesmo diz — que é a característica do selecto grupo dos eclesiásticos luso-brasileiros mais esclarecidos da época. Filho espiritual de D. Frei Caetano Brandão, Leandro pode ser articulado àquele amplo círculo de ilustres homens da Igreja, que colaboraram decisivamente com a administração pombalina na reforma das escolas do Reino e da Universidade de Coimbra, das quais fora o natural patriarca D. Frei Manuel do Cenáculo, figura central dessas reformas, desde 1759 até depois de 1773. A comprovação desse encadeamento cultural de gerações da elite setecentista está na correspondência trocada entre o então jovem Frei Caetano Brandão e seu mestre D. Frei Manuel do Cenáculo, numa das quais aquele reitera a este sua maior «veneração e amor, justo tributo, que desde os mais verdes anos» lhe devota, motivo pelo qual declara-se disposto «em prosseguir as ilustres pisadas» do seu velho preceptor

franciscano⁽⁴⁹⁾. E das palavras passa aos actos, porque, tão logo se empossa em sua primeira sede episcopal do Grão-Pará, no Brasil, ataca a reforma do seu Seminário, em 1782, de acordo com a linha pedagógica de Cenáculo, e dos inovadores pombalinos, introduzindo-lhe no currículo até «as físicas», no desejo de que «algum dos seus seminaristas mostrasse génio para elas»⁽⁵⁰⁾; e promovido D. Frei Brandão ao Arcebispado de Braga, remodela igualmente o Seminário bracarense, nos últimos anos do século, criando-lhe cursos de ciências (para o que contrata professores estrangeiros em França), além de línguas estrangeiras (grego e francês)⁽⁵¹⁾, justamente dentre as novas matérias introduzidas pelos reformadores citados. Mesmo depois, nos tempos dos estudos das ordens maiores e do seu noviciado lazarista na Casa-Mãe de Rilhafoles, em Lisboa, Leandro continuará a beneficiar-se desse clima de arejada intelectualidade, que tanto bem igualmente fizera, poucos anos antes, a um jovem brasileiro ali posto em custódia pela Inquisição, chamado António Pereira de Souza Caldas, que, chegando perdido e desorientado, acabou achando o seu verdadeiro caminho, na vocação sacerdotal e na realização literária, tornando-se o maior poeta religioso da língua⁽⁵²⁾.

Ora, descendente directo dessa corrente cultural cristã-iluminista, não poderia Leandro ter outra linguagem com os seus jovens alunos caracenses senão a de aconselhá-los a buscarem a verdade segundo um comportamento bem afinado com a mentalidade eclética do século: «Seja vossa glória» — eis como fala — «achar e descobrir a verdade, esteja ela no Liceu, esteja na Academia, seja Gassendi quem a encontre ou seja Leibnitz quem a demonstre»⁽⁵³⁾. Conselhos que complementarmente com esta sábia advertência contra o bitolamento do espírito e o dogmatismo das posições irreversíveis: «Vede a que excessos pode levar o espírito de partido e uma observância

(49) *Vida de D. Frei Caetano Brandão. Cit.*, t. I, p. 90.

(50) *Vida de D. Frei Caetano Brandão. Cit.*, t. I, p. 117.

(51) *Vida de D. Frei Caetano Brandão. Cit.*, t. II, p. 295.

(52) *In Wolf, Ferdinand. — O Brasil literário.* São Paulo Companhia Editora Nacional (Brasileira) (1.^a edição brasileira), 1955, p. 135.

(53) «Caraça — Apoamentos...», *cit.*, fls. 229 (MS).



*D. Frei Manuel do Cenáculo, um dos promotores
das reformas pombalinas*

Retrato existente na Sala da Presidência da Academia das Ciências de Lisboa.
(Gentileza do Prof. Dr. Amorim Ferreira)

supersticiosa das antigas invenções, porque vós, além de vos cansardes com elas, não adiantareis mais que a estéril recitação de alguns velhos e simbólicos aforismos. Ao passo que *da arraçoada liberdade de filosofar, seguem-se os mais preclaros adiantamentos.*» (Grifos nossos)⁽⁵⁴⁾. Essa «arraçoada liberdade de filosofar» será uma norma de conduta espiritual, a que não estarão estranhos os estudos filosóficos do Caraça, abertos e evoluídos — de que dão provas, por exemplo, as teses públicas da matéria, ali defendidas pelos seus alunos, em 1828 e em 1831 — e os cursos das ciências modernas (matemáticas, física e geografia), que ele lá criou e prelecionou, aliás com muito brilho.

Será com os cursos de filosofia que se inicia o Seminário. Até 1828 — quando eles passarão a servir também aos interessados nas academias de direito, como «preparatórios» — permanecerão praticamente privativos dos candidatos eclesiásticos que se destinam ao sacerdócio e à Congregação. De acordo com a tradicional formulação curricular e metodológica da matéria, que não será perturbada pelas inovações acima lembradas, a filosofia é estudada como ciência introdutória à teologia. Já que a filosofia — segundo Santo Tomás de Aquino — é a suprema ciência do ser e da verdade, ela se orienta definitivamente no sentido do conhecimento de Deus, como ao seu fim último: daí a sua denominação de ciência divina⁽⁵⁵⁾. Além de levar, pela razão, o ente humano ao seu fim supremo, ela se revela como um eficaz instrumento dialéctico de defesa da fé e da religião, porquanto «a mesma Religião» — eis como justifica o seu estudo um dos professores de filosofia do Caraça, o Pe. José Afonso de Moraes Torres, em seu *Compêndio de Filosofia Racional*⁽⁵⁶⁾ — «conquanto tenha seus mais inabaláveis fundamentos na Escritura, e Tradição, não deixa de tirar dela [da filosofia] suas vantagens, porque o teólogo que tem de dar um culto

(54) *Idem, ibidem.*

(55) Chevalier, Jacques — *Histoire de la Pensée*. Paris, Flammarion, 1956, 3v, t. II, p. 324.

(56) Moraes Torres, D. José Afonso de — *Compêndio de Philosophia Racional*. Pará, Tip. Matos & Cia., 1852, 2 t, t. I, p. 5.

razoável a Deus — *rationabile obsequium vestrum*—encontra na filosofia meios de melhor conhecer os fundamentos da fé, e com ela se arma mais fortemente contra os ataques da impiedade, do cisma, e da heresia; não é portanto uma arma inútil na mão do mesmo teólogo.» Nessa acepção de ciência auxiliar, e ancilar, da teologia, será dada aos seminaristas em dois anos, estudada em suas duas grandes divisões — filosofia moral e racional. A primeira incluía os estudos dos actos humanos, os fins, as leis, os deveres e os direitos individuais (moral geral), a sociedade (política, doméstica—conjugal, paternal e heril—), os deveres e os direitos sociais, a economia e a religião (moral especial). A segunda parte começava pela lógica (as faculdades cognoscitivas, a verdade e o conhecimento), passava pela ontologia (estudo do ente, em suas espécies e propriedades), entrava na cosmologia (a existência, a perfeição e a natureza, e as leis do mundo), dedicava-se à psicologia empírica (estudo das faculdades do conhecer, do apetecer ou do aborrecer — prazer e tédio, bem e mal, afectos diversos — da espontaneidade e da vontade, e da liberdade do homem), também à psicologia racional (a alma humana, o comércio da alma com o corpo, a imortalidade da alma, e as almas dos brutos) e, finalmente, completava-se na teologia natural ou teodiceia, com a consideração da existência de Deus e de seus atributos, e da religião natural e religião revelada⁽⁵⁷⁾. O texto adoptado era de autoria do jesuíta alemão Segismundo Storchenau (1731-1797), autor de umas *Institutiones Logicae et Metaphysicae*⁽⁵⁸⁾, que, lançadas em Viena de Áustria, em 1769-1771, mereceram ter várias edições, graças às suas qualidades de estilo, ordem e clareza, obra essa sintetizada em um compêndio de dois volumes, ainda em 1852, por D. José Afonso de Moraes Torres, então promovido ao epis-

(57) Dados colectados da obra de D. José Afonso, acima cit.

(58) Embora não adoptado no Caraça, o Genuense foi ensinado em Minas, talvez em Mariana. Com certeza, em Ouro Preto, onde, em Janeiro de 1827, o professor de filosofia local, um tal Fr. Paulo da Conceição Moura, anunciava sua aula de Filosofia Racional, «explicando o Compendio de António Genuense» (*O Universal* de 4 de Janeiro p. 1827, 4).

NOVA
LOGICA
CONIMBRICENSIS

Labore & operá

P. GREGORIJ BARRETO
è Societate JESU,

Olim in Conimbricensi Academia Philosophiæ
Professore,

Nunc in Ulyssiponensi S. Antonij Magni Collegio Studiorum
Præfecto.



IN SEX TRACTATUS TRIBUITUR.

*Primus dicitur de Proximalibus Dialéctica. Secundus de Predicabilibus
& Predicamentis. Tertius de Interpretatione. Quartus de Priori
Resolutione. Quintus de Posteriori Resolutione. Sextus
de Topicis & Elenchis.*

ULYSSIPONE,
Ex Typographia ANTONIJ PEDROZO GALRAM.

Cum facultate Superiorum.

M. DCCXI.

Scientiæ Societatis IHS

Portada de uma das inúmeras edições da famosa «Barreta». (Tratado de Lógica) do autor português Gregório Barreto, da Companhia de Jesus. (Século XVII).

(Gentilza da Presidência da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães)

copado como Bispo do Grão-Pára, o qual, no proêmio do seu *Compêndio de Filosofia Racional* (59), explica ter aproveitado a maior parte da obra de «Storcheneau, (*sic*), escritor do presente século, obra de tão subido merecimento, que, ainda em vida de seu autor, foi reimpressa em oitava edição». Ao mesmo tempo, o ex-professor de filosofia caracense justifica a sua adaptação das *Institutiones* de Storcheneau, como uma «necessidade de um compêndio de Filosofia Racional que satisfizesse os desejos da mocidade Brasileira, e que ao mesmo tempo apresentasse uma doutrina pura e expurgada dos princípios do sistema eclético de que se acham iscados quase todos os compêndios de Filosofia Racional, admitidos hoje na maior parte das escolas públicas, com que se minam surdamente os alicerces da Religião de Jesus Cristo» (60). Pelo que se vê, pelo menos na sua maturidade e já feito bispo, D. José Afonso não partilha das ideias liberais do Pe. Leandro, seu antigo mestre e superior. Mas, somos levados a acreditar que, jovem padre e professor de verdes anos (de filosofia), Morais Torres, como todo moço, teria sido um *engagé* fervoroso das doutrinas novas em voga, a ponto de contagiar entusiasticamente seus «artianos» (estudantes de filosofia), como se pode ver na defesa de tese de um dos seus alunos, João Jacinto de Mendonça, apresentada no Caraça, em 1831, durante a visita que fizeram ao Colégio o Imperador D. Pedro I e sua esposa, a Imperatriz D. Amélia (61). É possível que, em outras

(59) O autor do *Compendio de Philosophia Racional*, de duas uma revela que: ou ignora que o jesuíta alemão Segismundo Storcheneau vivera no século anterior ao seu, tendo sua obra conhecida antes da extinção da Companhia (1773); ou quer esconder o fato de reeditar como recente um livro que fora lançado mais de oitenta anos atrás... Nesta altura da evolução do pensamento luso-brasileiro já não eram mais adotados os textos portugueses de filosofia de António Cordeiro (*Cursus Philosophicus Conimbricensis*, de 1677), Inácio de Carvalho (*Compendium Logicae Conimbricensis*, também de 1677) ou a famosa «Barreta» de Gregório Barreto (*Nova Logica Conimbricensis*: Typis Antonij Pedrozo Galram, Ulyssipone, MDCCXI), muito populares até as reformas pombalinas.

(60) *Compendio de Philosophia Racional*. Cit., Proêmio.

(61) MSS do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Divisão n.º 7, Série B, Col. 3.ª.

circunstâncias, o moço imperante, quase pertencendo à mesma geração dos artianos caracenses e tendo, pois, recebido uma formação espiritual não muito diferente da deles, poderia agradecer-se das ideias expendidas pelos controversistas da noite, de ruptura e desafio ao passado; mas, naqueles dias dramáticos e amargurados da sua visita a Minas, Pedro era o monarca autócrata e braganção em luta aberta e mortal contra os que desejavam limitar-lhe, tirar-lhe mesmo, o poder absoluto, que ele, agora o bem desmascarado filho de D. Carlota Joaquina, passara a encarnar. Mas, voltando às ideias do Pe. Moraes Torres, não acreditamos possível que as manifestações doutrinárias que se fizeram ouvir na noite de 17 de Fevereiro de 1831 não fossem partilhadas ou permitidas por ele. Todavia, no decorrer dos anos do desenrolar da crise ideológica e institucional da Regência — que acabou por atingir bem profundamente o Caraça e os seus homens — tanto José Afonso como Leandro foram deixando para trás muitas das ideias e convicções que haviam professado e ensinado na juventude: o Pe. Leandro iria polemizar com o Pe. Viçoso, poucos anos antes de morrer, em favor do tráfico negreiro e D. José Afonso, Bispo do Pará, publicaria, em 1852, um texto da *Philosophia* de Storchenau inteiramente escoimado do veneno eclético...

O curso teológico, no Caraça, não tem prazo fixo de duração: depende das circunstâncias, podendo resumir-se em alguns meses, em um ano, até dois⁽⁶²⁾. O currículo inclui Teologia (Dogma), Casos de Consciência (Moral), Administração dos Sacramentos, como matérias essenciais. As vezes, Sagrada Escritura e Eloquência Sagrada. Esse, o currículo lazaroista francês, de Paris, que permite aos interessados em estudos mais aprofundados dirigirem-se à Universidade. Mas, no Caraça, casa perdida no bruto sertão brasileiro oitocentista, isso nunca irá acontecer: o currículo se efectivará da maneira mais simples. Aliás, ainda estão em vigor as normas das *Constituições do Arcebispado da Bahia*, no que tange à formação do clero e às demais leis canónicas, para

(62) *Vida de D. António Ferreira Viçoso*. Cit., p. 14.

todo o Brasil⁽⁶³⁾; nos «exames» para as ordens maiores, as *Constituições* exigem mais ou menos as matérias acima enumeradas — Teologia (nome genérico dado à teologia dogmática), que também é conhecida como «Doutrina Christãa, e mysterios de nossa Fé», Moral (ou «Cazos de Consciencia»), Reza e Liturgia (que no «Relatório» caracense do Ouvidor Correia Pinto são classificadas englobadamente como «Ceremonias») e Canto (canto-

(63) Camargo, Côn. Paulo Florêncio da Silveira — *A Igreja em São Paulo*. São Paulo, Edição do Autor, 1953, 7v, t. VI, p. 94. Vale a pena transcrever aqui as prescrições das *Constituições do Arcebispado da Bahia* referentes aos estudos e exames dos candidatos às ordens. Elas aparecem no Livro I, Título L, LI e LII, n.ºs 211 a 223 (Pp. 92 a 98, da obra), em que se discriminam as condições impostas aos ordinandos, e são as seguintes: para a Primeira Tonsura Clerical — «ter idade sete annos completos, saber a Doutrina Christãa, ler, e escrever»; para as Ordens Menores — «não será admitido a ellas, sem mostrar primeiro no exame, que tem estudado Latim com sufficiencia, e que será capaz de curar almas, ou confessar»; para o Subdiaconato — «será examinado da Doutrina Christãa, e mysterios de nossa Fé para se ver a capacidade que tem; e logo será examinado de Latim, construindo algum capitulo do Concílio Tridentino, ou de outro livro Latino, huma Epistola, ou Evangelho, ou huma lição do Breviario. Sendo bom Latino será perguntado pelos Sacramentos, materiais, formas, e ministros delles, e pelas censuras Ecclesiasticas, e outros casos, e materias morais; e se verá se rege bem o Breviario, para rezar as Horas Canonicas (...) e será mandado a exame de Canto, onde se verá se sabe cantar por arte, e sendo também approvedo o admittão á dita Ordem»; para o Diaconato — «O que intenta receber a Ordem de Diacono, será examinado no Latim, casos de consciencia, Reza, e Canto, como fica dito no § antecedente, e em particular, se sabe cantar hum Evangelho, *Ite Missa est*, e fazer o officio de Diacono na Missa solemne, e do mais que pertence á dita Ordem.»; para o Presbiterato — O candidato «será examinado no Latim, Reza, e Canto na fórmula dita, e apertado rigorosamente nos casos de consciencia, (...) e se lhe perguntará particularmente pelo Sacrificio da Missa, por suas partes, mysterios que nelle se encerrão, e effectos que causa: e quando, e como se pode, ou não pode celebrar, e por algumas duvidas, que sobre elle podem occorrer. E depois de recebida a Ordem, para se lhe dar licença de dizer Missa nova, será examinado de Cerimonias». Esses exames de ordens eram feitos perante três Examinadores, «pessoas de authority, letras, experiencia, e inteireza», escolhidas directamente pelo Arcebispo: «para elles chamaremos» — garantia D. Sebastião Monteiro da Vide — «ao Provisor, e Vigário Geral, e Descembargadores, e outras pessoas doudas, e Religiosas, que nos parecer» (*Constituições*, p. 96). Quanto à sua linha programática, esses estudos resultavam das prescrições do Concílio de Trento

-chão) (64). Dá-se maior importância às «Ceremonias» (correspondentes à matéria curricular vicentina intitulada «Administração dos Sacramentos»), revestindo-se de um cunho eminentemente prático, quase profissional: aprender a dizer missa, administrar todos os sacramentos, recitar o breviário, pregar, cantar, catequizar, resolver casos de consciência. O «Relatório» do Ouvidor Correia Pinto comprova-o. Nisso, aliás, está-se seguindo o exemplo de São Vicente, que, por sua vez, adoptara o método do P.^e Bourdoise, em seu Seminário de Saint-Nicolas-du-Chardonnet: «Não há melhor meio de aprender do que ver fazer.» — justificava o fundador lazarista a adopção dessa prática — «Costumam, em Saint-Nicolas-du-Chardonnet, não permitir que qualquer padre baptize sem antes lhe exhibirem um aluno que pratique as mesmas cerimónias observadas no baptismo. Fazem o mesmo em relação à confissão: um estudante do seminário faz como se estivesse confessando e diz em voz alta os pecados que se podem cometer; e o padre que o ouve, caso não se acuse bem, interroga seu penitente. O mesmo se faz com a comunhão» (65)

Mas, há as matérias teóricas, especialmente a teologia dogmática. Em relação ao ensino dessa matéria, São Vicente de Paulo tem recomendações especiais. Vale a pena relatar um roteiro de aula, segundo essas recomendações: no princípio da aula, o professor explica o tema do dia, seguindo o texto de um bom tratadista — em sua época estavam em muita evidência o controversista Becanus, o canonista Binsfeld — tentando fixar bem o assunto; na segunda parte da aula, cabe ao aluno dar a lição explicada na véspera ou pela manhã; e se se concede aos alunos um momento final para esclarecimentos sobre alguma dúvida surgida. Não é permitido

e de outros conclaves provinciais mais recentes, tais como os Concílios de Braga (D. Frei Bartolomeu dos Mártires), de Lisboa, do Porto e de Milão (São Carlos Borromeu), que iriam ser adotados também mais tarde, nos seminários do século XVIII, naturalmente compendiados e sistematizados — de acordo com um encaminhamento pedagógico ordenado e sequente, próprio de um regime de escolaridade, que se segue ano após ano, como já aconteceu em alguns seminários setecentistas do Brasil.

(64) «Relatório» do Ouvidor Correia Pinto, fls. 5.

(65) Abelly — *Vie de Saint Vincent*... Cit., t. II, p. 625.

ditar pontos, sob pena de uma reprimenda em boas condições, pois o Santo tem uma birra especial de aulas ditadas. Visando interessar o máximo o corpo discente nas tarefas escolares, a didática vicentina oferece-lhe estímulos ou emulações. Estímulo que dá os melhores resultados é mandar os jovens estudantes às missões, para que ajudem os missionários e mantenham contacto com o povo de Deus; isso lhes traz uma natural desenvoltura que vão aperfeiçoando cada vez mais, a ponto de tornar-se a missão uma actividade normal para eles, quando se ordenam. A emulação tem lugar na vida escolar: são os exercícios de controvérsias, as *disputationes*, muito comuns no século de São Vicente. Dois escolares se enfrentam, em debate público, um partidário e outro adversário de uma tese de estudo qualquer. Referimo-nos, há pouco, ao controversista Martinho Becanus, um notável teólogo holandês (1563-1624), que passou a sua vida inteira polemizando contra os calvinistas; foi esse autor um dos prediletos da juventude estudiosa dos seminários lazaristas de França seiscentista, fornecendo, especialmente através de seu *Manuale Controversiarum* (Würzburg, 1623), abundantes sugestões para as *disputationes* entre os moços contendores. Essas reuniões realizavam-se, em Saint-Lazare, com muita solenidade, pois a elas acorriam convidados especiais, em dias festivos (66).

Essa tradicional prática escolar — que a rigor nem era francesa nem seiscentista, mas remontava à Escolástica medieval — será praticada mais intensamente nos dias do maior esplendor do Colégio do Caraça, entre 1825 e 1831, mas será lançada por Leandro, decerto bastante experimentado nela, desde seus dias escolares da Casa da Cruz, em Guimarães, ou do Seminário Conciliar, em Braga, ou da Casa-Mãe de Rilhafoles, em Lisboa. Foram os momentos mais emocionantes da vida escolar, ao lado das festas de encerramento do ano lectivo. As *disputationes*, no Caraça, versavam sôbre teses ou questões filosóficas e se realizavam nos últimos meses do ano escolar, geralmente em Julho ou Agosto. Com bastante antecedência o lente de filosofia escolhia os alunos que deveriam participar das conclusões, na qualidade de

(66) Abelly — *Op. cit.*, t. IV, p. 43.

«defendentes», aos quais propunha as *questiones*. Os moços davam-se a elas durante meses e meses, ao mesmo tempo que apuravam bastante o seu latim, já que era na língua de Cícero que teriam de apresentá-las. Em Portugal, as «concluzoens philozophicas» tinham lugar nas igrejas ou capelas das escolas e se revestiam de grande aparato. Descrevendo uma delas, na igreja do Colégio de São Paulo, em Braga, em meados do século setecentista, eis o que conta a *Gazeta de Lisboa*: «A armaçam da Igreja foi sumptuoza. A Muzica e todo o mais aparato correspondeu na pompa ao grande e magestozo respeito que se deve aos Reaes Patronos das Conclusoens, cujos retratos estavam expostos em lugar eminente da parte do Evangelho, defronte da cadeira em que o Padre Mestre presidia» (67). Referindo-se ao trabalho dos jovens defendentes, o jornal garante que «a ostentação que fizeram todos os deffendentes no methodo, na clareza, na argucia, e na promptidam de resolver toda a variedade de argumentos, causou a todos os ouvintes huma reciproca honra e disciplina dos sustentantes à sublime doutrina do Mestre» (68). Essas «concluzoens» eram dedicadas a Sua Majestade Fidelíssima, o Rei de Portugal, e a Suas Altezas, os príncipes reais, que geralmente se faziam representar por personalidades eminentes da Côrte ou pelo próprio Arcebispo Primaz. O P.^o Castro, Superior do Colégio do Caraça e ex-defendente de Braga, introduziu no Colégio, tão logo surgiram os cursos de filosofia, esses torneios escolares, que tiveram grande impressão em Minas. Temos em mãos um precioso documento de um deles — o de 20 de Julho de 1828 — que é uma súmula das *Theses Philosophicae de Logica, et Methaphisica*, que naquele dia se defenderam (69). Foi uma solenidade esplêndida (*in hora solemnii*, precisa o documento), que se realizou no recinto da Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, perante numeroso público, especialmente convidado; as *disputationes* estiveram a cargo dos jovens alunos Manuel Joaquim de

(67) *Gazeta de Lisboa*, de 13 de Junho de 1754 (Colecção de Periódicos da Biblioteca Nacional de Lisboa).

(68) *Idem, ibidem*.

(69) *Theses Philosophicae de Logica et Metaphisica*. Ouro-Preto, Typografia de Sylva, 1828.

Oliveira Cardoso, Manuel Jacinto Rodrigues Braga e Higino Ferreira Paulino, sob a direcção do não menos jovem *ducens* Joaquim Antão Fernandes Leão. O programa dos debates versou sobre questões de Lógica e de Metafísica, assim discriminadas: Lógica — generalidades; vocábulos; do juízo e da proposição; do raciocínio; da verdade e dos seus indícios; do método. Ontologia — do ente e suas diversas espécies; da existência do Ente necessário e do contingente; do ente simples e composto. Cosmologia — Que é cosmologia e noção do mundo *in genere*; da existência e origem do mundo; da perfeição do mundo. Psicologia — Definição e generalidades; da alma humana; das faculdades de apetecer e de aversão; da vontade e da liberdade; da espiritualidade e da imortalidade da alma; e da alma dos animais. No «Prooemium» do opúsculo citado, todo ele vazado em latim até razoável, sente-se a aura iluminista, dir-se-ia kantiana, nesta passagem: *Anima nostra, naturali felicitatis desiderio, quo pollet, se quasi invita in veritatis inquisitionem vergit, et nos nunquam aptius reperiri nullo negotio videmus, quam cognoscendi facultatem excolere, cum per Logicam, tum per Metaphysicam»* (70). A generosa alma dos jovens «auditores» caracenses era assim levada à busca da verdade, pelo natural desejo da felicidade, e não achariam nenhum outro meio mais eficaz para isso, e para as demais coisas da vida, do que cultivar a faculdade do conhecimento pelos caminhos exactos da Lógica e da Metafísica, dentro da comedida linha didáctica da Casa, sem oferecer nada de extraordinariamente brilhante, mas sempre pautada pelo essencial, à base da piedade e do trabalho, conforme as palavras de um mestre lazarista:

«*Pauca sed multum: ratio docentis;
Signa discentis: pietas laborque;
Hic caracensis modus educandi,
Regula certa.*» (71).

Em uma carta, publicada no jornal *O Universal*, de 8 de Agosto de 1828, contando viagem feita ao Caraça

(70) É o que consta da sùmula dos debates, na referida publicação.

(71) Sarneel, Pedro — *Dulcia vitae caracensis gaudia*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956, Estrofe 10.^a, p. 9.

no dia 19 de Julho do mesmo ano, «Um Católico Romano Constitucional» descreve a mesma festa, onde «mais de quarenta pais de família, pessoas do maior conceito publico, ali se acharão para assistirem ás conclusões filosoficas que se fazem no mesmo dia; e nestes eu conhecia o transporte de prazer em ver desenvolver-se em seus filhos verdadeiro sistema logico e metafisico; outros em observar a circumspecção raras vezes encontrada na juventude; outros a moderação, e escolha de palavras naquele filho outrora entregue aos desvarios pueris; finalmente contentes todos pela ordem e methodo que vão adquirindo os alunos» (72). O correspondente impressiona-se com o grande número de visitantes, dizendo que «ali se sustentão a mais de 1.000 pessoas, e dão cama e hospitalidade a mais de 200 naquele dia 19», o que o faz ouvir «que se abalizava a Casa com grande fundo pecuniario», «porem, Snr. Redator» — seu ponto de vista é bastante elogioso aos Padres do Caraça — «eu creio que o fundo é só o da Caridade» (73). Entretanto, não são unânimes os elogios aos torneios intellectuais do Colégio da Serra. Há um «Pai de Familias», que escreve umas correspondências polémicas no mesmo *O Universal*: na colaboração para o Suplemento n.º 216 do periódico ouro-pretano, estabelece um cotejo entre os alunos participantes daqueles torneios, dos Colégios do Caraça e de Congonhas de Sabará (hoje Nova Lima) (74), exaltando os defendentes deste e fazendo restrições, até desairosas, aos do Caraça, como poderemos ler em seguida: «Quando hum alumno de Congonhas» — diz — «appresenta hum Discurso, pode-se afirmar ser parto de suas luzes; porque o Mestre já mais se lembrou que o alumno decorando com misteriozo segredo appareça, qual Cicero entre seus Companheiros recitando o papeluxo que o Sr. Santo Padre tem preparado, cuja copia he remettida ao Pai generoso, que admirando os progressos nem escaceia o porco, o paio, o rapé, o queijo, sendo taes factos memorados por alumnos mesmos que sahirão do Caraça.» (75). Talvez aqueles alunos mal satisfeitos — a que também se reporta o mesmo «Pai

(72) *O Universal*, de 8 de Agosto de 1828, p. 3.

(73) *Idem, ibidem.*

(74) *O Universal*, n.º 216, p. 3.

(75) *Idem, ibidem.*

de Famílias», em sua Correspondência — que «sahirão do Caraça não por mãos sim por melhoramento de luzes»...

A verdade é que as conclusões de filosofia do Caraça, como sua promoção escolar mais prestigiosa, ganharam sempre mais popularidade, a ponto de merecerem, da parte do imperador D. Pedro I, uma visita especial ao Colégio, com a finalidade de assistir a uma delas. Foi em 1831, quando da segunda viagem de D. Pedro à Província de Minas Gerais. Valemo-nos aqui da reportagem publicada no *Diário Fluminense*, do Rio de Janeiro, que, enumerando o programa dos compromissos do imperador, assim anotou o dia 17 de Fevereiro: «D'ali [isto é, do Brumado] dirigiram-se a 17 para o Seminário de Nossa Senhora Mãe dos Homens da serra do Caraça. No dia (17) Suas Majestades [a Imperatriz D. Amélia acompanhou D. Pedro na viagem] visitaram todo o Seminário; e de noite assistiram ao debate literario de umas conclusões de filosofia defendidas por tres estudantes do mesmo Seminario e a respeito de varias obras poeticas, que lhes dedicaram» (76), presididas pelo Pe. José Afonso de Moraes Torres, professor de filosofia do Colégio. Lemos, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, a oração que recitou o defendente João Jacinto de Mendonça, na abertura do «acto das Conclusoens de Filosofia Racional perante SS. MM. II. na occazião de sua muito desejada vinda ao Collegio do Caraça no dia 17 de Fevr.º 1831». Depois de um começo de rapapés, em que põe no vocativo todos os títulos do monarca — *Sacra, Imperialis, Constitutionalisque Brasiliae Majestas, Augustissime Domine, Domine Petre Primè, Brasiliaeque Perpetue Defensor!* — derruba por terra (*in terram defluit*) a gente não fica sabendo direito se os tantos títulos vocativos superlativos ou a torre de Babel, que vem em seguida... A certa altura da tese, o moço Mendonça exclama, com calor juvenil: «(...) *heu nimium felicia saecula nostra! Saecula, quibus Encyclior doctrinarum omnium disciplina suae magnitudinis fastigium tangit, jam scientia infantiae imbecille velum deficientes increscunt, jam firmitate omnes intelligentias regunt, etiam ad sublime Divinitatis thronum*

(76) *Diário Fluminense*, do Rio de Janeiro, do dia 12 de Março de 1831, p. 1.

se tollentes, abdita humanae mentis penetrantes» (77)... «Ó séculos nossos tão felizes!» — traduzamos a efusão do moço em louvor dos tempos modernos — «Séculos em que as ciências já atingem o topo da perfeição, emergindo dos agasalhos inocentes de sua infância, e, crescendo, dominam com firmeza todas as inteligências, já subindo até o sublime trono da Divindade, já descendo aos escaninhos da mente humana.» E na peroração, depois de verificar que os velhos «heróis da filosofia» — Zoroastro, Ferécides, Sócrates, Platão, Aristóteles e Cícero — tiveram sua glória reduzida a fumo, sendo calcados aos pés pelos «modernos Neuthon, Buschovichio, Leibnes, Volfio, Genuenses, Machus, Jacquier, Segismundo, Betique» (78), na auto-suficiência ingénua e petulante de todas as jovens gerações, que pensam afirmar-se destruindo os antigos valores, conclui assim: «Ó filosofia, atingiste a última perfeição; e que vitória alcançaste sobre a antiguidade! Exulta, pois. Hoje és tal, que para afastar-te do homem é preciso negar o próprio homem.» E, voltando-se a D. Pedro I, nas últimas palavras: «Eis, Imperial Senhor, o motivo de termos a ela aplicado nossos suores. E como soube recompensar os nossos trabalhos, eis o fruto que colhemos do seu estudo: as teses presentes, estas provas do presente certame literário» (79). Em seguida, o defen-

(77) Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, Div. n.º 7, Série B, Col. 3.ª.

(78) Não sabemos se a grafia dos nomes dos filósofos «modernos» seria do jovem João Evangelista Negreiros de Saião Lobato (quem traduziu o texto latino) ou do expositor da tese. De qualquer forma, é de matar: «Neuthon» é Newton; «Buschovichio» é o jesuíta Rogério José Boscovich (1711-1787), autor de uma aplaudida *Theoria Philosophiae Naturalis* (Veneza, 1763); «Leibnes» é, claro, Leibnitz; «Volfio», Wolff, o interpretador da filosofia de Leibnitz; «Genuenses», o Genuense, António Genovesi; «Machus», um incógnita (talvez o nome truncado de Musschenbroeck, filósofo seiscentista, da escola de Newton); Jacquier, o frade mínimo François Jacquier, co-autor de uma original *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, trabalho também de inspiração newtoniana, muito conhecido nos séculos XVII e XVIII (edições em 1687 (1.ª), 1713 (2.ª), 1726 (3.ª) e uma 4.ª edição em 1740); «Segismundo» é o já citado filósofo Segismundo Storchenau; e, finalmente, «Betique», também uma incógnita, talvez a segunda parte do nome «Musschenbroeck», numa transliteração confusa, por conta e risco talvez de quem copiou o documento original...

(79) Arquivo Nacional, Col. 807, Arm. 3, vol. 8.

dente dirige cumprimentos ao imperador, a D. Amélia e ao auditório presente. Finalmente, o Pe. Moraes Torres encerrou os trabalhos, terminando com estas palavras, de agradecida lembrança: «*Beneficii tanti monumenta in corde fixa memoria tenet, tenebitque memoria*»⁽⁸⁰⁾.

Como se está vendo, essas teses públicas e os discursos que se ouvem nas *disputationes* são sempre em latim, que para os jovens seminaristas do Caraça não é aquele ralo latim das *Constituições do Arcebispado da Bahia*, que consta do currículo teológico apenas para se saber «construir algum capítulo do Concílio Tridentino, ou de outro livro Latino, huma Epistola, ou Evangelho, ou huma lição do Breviario»⁽⁸¹⁾. Para a sólida formação de latinidade dos seminaristas muito contribuirão os dois mestres dessa matéria: os P.^{es} João Moreira Garcez e José Joaquim de Moura Alves. Este foi também professor de Teologia⁽⁸²⁾, mas o cronista Francisco Silva, em sua monografia sobre o Caraça⁽⁸³⁾, silencia sobre esse magistério de Moura Alves. Mas, seu ex-discípulo, D. José Afonso de Moraes Torres, Bispo do Pará, escreverá, em 1852, em seu *Itinerário das visitas às igrejas do Bispado do Grão Pará*, que ele foi seu mestre de Lógica no Caraça e declara ser Alves «sacerdote de reconhecida ilustração»⁽⁸⁴⁾. Ele chega a Brasil em Dezembro de 1820, na companhia do P.^e Jerônimo Gonçalves de Macedo, ainda subdiácono, e irá ordenar-se no Rio de Janeiro, em 21 de Julho de 1821, sendo logo em seguida empregado no magistério. Quando o P.^e António Ferreira Viçoso é enviado para o Seminário de Jacucanga, Alves o substitui no cargo de Director dos Estudos, ao mesmo tempo que lecciona diversas disciplinas, entre as quais Lógica e Teologia (esta nos últimos anos de sua permanência no Caraça).

⁽⁸⁰⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁸¹⁾ Vide, D. Sebastião Monteiro da — *Constituições do Arcebispado da Bahia*. Nova edição, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1764, n.º 221, p. 97.

⁽⁸²⁾ «Relatório» do Ouvidor Correia Pinto, fls. 2.

⁽⁸³⁾ «Caraça — Apontamentos históricos e notas biográficas» (MSS).

⁽⁸⁴⁾ *Itinerário das visitas às igrejas do Bispado do Grão Pará*. Pará, Tipografia Matos (Impresso por Joaquim Francisco Mendonça), 1852, p. 3/4.

O arquivista Pedro Sarneel observa que o P.^e Moura Alves trabalhou ali durante dez anos, até 1830, quando partiu ⁽⁸⁵⁾; em 1843, acompanhou D. José Afonso, que acabara de ser eleito Bispo do Pará, até aquela sede episcopal e tornou-se uma espécie de secretário particular de seu ex-aluno, participando de suas viagens pastorais e ajudando-o nas lidas missionárias, Rio Amazonas acima ⁽⁸⁶⁾. Temos a quase certeza de que aquelas *Lições elementares de Eloquencia Nacional* (Pará, «Voz Paraense», de Baena & Irmão, 1851), «extrahidas» do trabalho de idêntico nome do publicista liberal português Francisco Freire de Carvalho e «offerecidas á Mocidade Brasileira por Um Ecclesiastico», teriam sido preparadas por Moura Alves, antigo professor de retórica no Caraça: é a tradição de publicarem os lazaristas seus trabalhos no anonimato ou por meio de pseudônimo. O trabalho não nos parece ser do bispo D. José Afonso. Já porque fosse bispo e egresso da Congregação, já porque tivesse o cuidado de botar seu nome (por duas vezes!) em seu *Itinerario* (talvez querendo se emular com o seu grande antecessor D. Fr. Caetano Brandão, que deixou um excelente «Itinerário» de suas viagens amazônicas, quando Bispo do Pará, infelizmente ainda inédito na Biblioteca Municipal do Porto em Portugal) e no *Compendio de Philosophia Racional*, acrescentando e recheando o nome episcopal de todos os seus títulos, comendas e mais balangandãs, não vemos em que sua modéstia achasse motivos para não assiná-las também, se fosse o autor... Idoso e enfermo, o P.^e Moura Alves, após quase trinta anos de peregrinações diversas, regressou ao Caraça, em 1859, e morreu logo em seguida (1860), em condições pouco esclarecidas ⁽⁸⁷⁾.

Temos muito pouca informação dos livros adoptados nos cursos caracenses. As únicas referências directas a textos adoptados em aula são as do «Relatorio» do Ouvidor Correia Pinto, que declaram que «a filosofia se ensina por Storquenau (*sic*) e a Moral por J.^o» (?!) ⁽⁸⁸⁾,

⁽⁸⁵⁾ «Congregados no Caraça-1820 a 1952». MS no ACC, fls. 13.

⁽⁸⁶⁾ *Itinerário das visitas...*, *passim*.

⁽⁸⁷⁾ «Congregados no Caraça», *cit.*, fls. 13.

⁽⁸⁸⁾ «Relatório», *cit.*, fls. 5.

este último nome incompreensível, que tentaríamos interpretar como o do especialista Job (Eduardus), das Escolas Pias, autor das *Institutiones Philosophiae Practicae, sive Principia Ethicae Universalis, atque Specialis, Jurisque Naturae*, obra de muita actualidade naqueles dias, editada por mandado real, em Coimbra⁽⁸⁹⁾. Até que achássemos a edição de Job, presumimos que esse autor incompreensível ou ilegível fosse o bispo francês seiscentista Claude Joly, que é encontrado frequentemente em bibliotecas brasileiras do tempo (v. g., a de D. Frei Manuel da Ressurreição⁽⁹⁰⁾, Bispo de São Paulo). O P.^e Leandro relata, em 1835, que a Biblioteca da Casa dispõe de 927 volumes⁽⁹¹⁾, mas, infelizmente, não os enumera pelos títulos, donde o recurso de nos valermos do rol da livraria do Seminário de Mariana, de 1831⁽⁹²⁾, que nos parece válido, primeiro pelo facto do estreito intercâmbio existente entre um e outro Seminários (os alunos do Caraça fazem exames e se ordenam em Mariana), e depois pela circunstância de exibirem, as bibliotecas do tempo, as mesmas obras fundamentais específicas dos cursos de formação religiosa, como abaixo iremos vendo. Não resta dúvida, portanto, que os ordinandos caracenses tivessem como livros de textos básicos mais ou menos os mesmos dos do Seminário de Mariana, dentre os quais destacaremos os mais conhecidos: em Moral (a ciência teológica mais estudada) e em Dogma — um título, «Ligorico», que se deve referir, com certeza, à famosa *Theologia Moralis*, de Santo Afonso Maria de Liguori (1696-1787), o último dos Doutores da Igreja, que foi o mestre máximo da especialidade no seu século, com uma consagração ainda maior na centúria oitocentista, obra que, publicada inicialmente em um só volume (in-4.^o), em 1748, foi reeditada mais nove vezes em vida do seu autor, acrescentando-se sempre de matéria nova, até perfazer três grossos tomos in-fólio, na edição definitiva de 1785,

(89) Tão popular a obra, que em menos de dois anos tirou duas edições.

(90) Arquivo do Estado de São Paulo, Maço 1.^o, n.^o 4.

(91) «Inventário», in *RAPM*, VII, p. 921.

(92) «Relatório» do bispo D. José da SS. Trindade ao Presidente da Província. In *RAPM*, IV, p. 769/770.

a última que viu Liguori, talvez pela anotação dos três volumes a que é enumerada no rol da *RAPM*; um Concina, o dominicano italiano Daniel Concina (1687-1756), pregador e moralista, que passou a maior parte de sua vida em lutas e polémicas na defesa de uma severa linha rigorista contra o laxismo e o probabilismo, de que resultou a sua obra *Theologia christiana dogmatico-moralis* (Roma, 1749), com numerosas edições espalhadas pelo mundo cristão, inclusive o Brasil; um Antoine (Paul-Gabriel — 1678-1743), jesuíta francês, cuja obra *Theologia moralis universa* (Paris, 1726), escrita expressamente para combater o jansenismo, revela, não obstante, nítida influência das doutrinas galicanas, que dominaram o clero francês do seu tempo, autor que iremos encontrar também na esplêndida livraria do Bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, em 1789⁽⁹³⁾; o do teólogo francês Honoré Tournely (1638-1729), professor da Sorbonne, denodado lutador da fé contra o jansenismo, a ponto de fazer a Universidade de Paris aceitar a bula *Unigenitus*, autor do tratado *Praelectiones theologicae* (Paris, 1725-1730, em 16 v), onde expende a mesma linha galicana do texto anterior, propugnando a infalibilidade do papa, mas fazendo-a depender do consenso eclesiástico universal; o exquisito nome «Hondres», grafado entre os demais autores da Biblioteca do Seminário marianense, deixa-nos a dúvida sobre se seria Hondius (o nome latinizado do gravador flamengo Hondt), autor de excelentes cartas geográficas, especialmente de uma última edição do Mapa-mundi com projecção de Gerardo Mercator (1608), ou Hontheim (João Nicolau — 1701-1790), o famigerado «Febronius», pseudónimo com que esse teólogo alemão lançou, em 1763, seu notável *De statu Ecclesiae deque legitima potestate Romani pontificis liber singularis ad reuniendos dissidentes in religione constitutus*, um vasto libelo contra a supremacia papal, o qual, sob o pretexto de chamar à união os irmãos dissidentes, esvazia a autoridade do papa, invocando um primado de todos os apóstolos e não apenas de Pedro, o que em consequência promove o concílio ecuménico acima da jurisdição

(93) Volume n.º 180, no Rol de sua Livraria, já citada.

MORALIS CHRISTIANA

EX SCRIPTURA SACRA,

Traditione, Conciliis, Patribus, &
Insignioribus Theologis

EXCERPTA:

*In qua positus et statutus principis generalibus deducuntur Consectorio,
quibus casus conscientia sigillatim explicantur.*

AUCTOR

R. P. JACOBO BESOMBES

Doctore Theologo, Congregationis Doctrinae Christianae,
& in Provincia Tolosana ejusdem Congregationis
Praeposito Provinciali.

EDITIO QUARTA,

*In qua BENEDICTI XIV. P. O. M. decreta moris spectantia, item Canonum
penitentiales, aliaque nonnulla ad calcem secundi Tomi addita sunt.*

J. A. Long TOMUS I. *de Braga*

MUTINAE SUPERIORUM PERMISSU.
MDCCLII

PROSTANT VENETIIS
APUD SIMONEM OGCHI SUB SIGNO ITALIAE.

A Moralis Christiana, de Jacques Besombes, um aos tratados teológicos
mais estudados no século XVIII

(Gentileza da Presidência da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães)

pontifícia, ao mesmo tempo que recomenda a necessidade de se dar uma nova constituição à Igreja sob a égide dos bispos, com a presença do príncipe temporal como patrono da Santa Sé. Na época em que foi publicada, a obra teve imensa repercussão, pois ia ao encontro de uma tendência generalizada, mesmo nos meios católicos mais fervorosos, de fortalecer as igrejas nacionais e os seus reis padroeiros em desprestígio da centralização hierárquica de Roma, que deu em resultado, em França, o galicanismo, na Alemanha o josefismo e, nos países ibéricos, o nosso conhecido regalismo; a circunstância de aparecer o *De statu Ecclesiae*, de Febrônio, em outras bibliotecas brasileiras quase contemporâneas — a citada de D. Frei Manuel da Ressurreição, em São Paulo, e a do Cónego Luís Vieira da Silva, o Inconfidente mineiro, em Mariana (94) — faz pender nossa presunção de que o misterioso «Hondres» seja mesmo Hontheim (ou Febrônio) (95); outro teólogo que tem sua *Theologia Moralis* nessas livrarias e na do Seminário de Mariana é o moralista francês Besombes (96); e, finalmente, o casuísta italiano Ubaldo Cassina, autor de *De Morali Disciplina humanae societatis libri duo*, editados em Parma, em 1778. Agora, as obras de Direito Canónico: a primeira delas é o muitíssimo conhecido *Jus canonicum universum* (editado em Frisinga, de 1700 a 1714), de Anacleto Reiffenstuel (1641-1703), que foi considerado o príncipe dos canonistas do seu tempo (que talvez teria também no Rol marianense a sua *Theologia Moralis* (Munique, 1692), obra clássica), cujo nome

(94) Arrolada in *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936, 7v, t. I, p. 456.

(95) Outro nome intraduzível é um tal «Birtirane», que, ao nosso ver, ousamos interpretar como «Berti, Johanne», ou melhor, João Lourenço Berti, autor de um consagrado tratado setecentista, *Opus de theologicis disciplinis*, publicado em Veneza, «apud Remondini», em 1776, em 7 tomos de 3 volumes.

(96) Autor muito comum no tempo, pois é encontrado igualmente nas livrarias de D. Frei Manuel da Ressurreição (obra n.º 179, do Rol) e do Cón. Luís Vieira da Silva (in *Autos*, I, p. 455). É possível que, entre os livros velhos não arrolados, se encontrasse o moralista Francisco Larraga, ainda mais popular (*V. RAPM*, VIII, 83).

aparece grafado na lista simplesmente como «Anacleto», não sabemos se por antonomásia ou pela natural e soberana ignorância dos notários, que estropiam os nomes, sejam eles arvezados ou não⁽⁹⁷⁾; as *Consultationes canonicae*, obra muito acatada e estudada nas Sagradas Congregações romanas, de autoria do especialista italiano Giacomo Pignatelli (1625-1698); a coletânea em forma de dicionário enciclopédico, intitulada *Prompta bibliotheca canonica iuridica, moralis, theologica* (Roma, 1746), do ilustre canonista italiano Lúcio Ferraris (1687-1763), um tratado de vasta e variada matéria, de consulta obrigatória e tradicional, e, por isso mesmo, bastante editado, praticamente até a nova codificação do direito canónico (1917), obra de sereno equilíbrio entre as correntes do laxismo e o rigorismo e, mais, que no campo técnico-científico procura conciliar o método sistemático com o escolástico-casuístico⁽⁹⁸⁾; do nosso notável prelado colonial, o Arcebispo da Baía, D. Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722)⁽⁹⁹⁾, as modelares *Constituições do Arcebispado da Baía* (1707), que serviram de norma canónica para toda a Igreja do Brasil, desde sua edição, durante o sínodo promovido por D. Sebastião na sede soteropolitana, até a promulgação da *Pastoral Colectiva* do Episcopado, já na era republicana (19 de Março de 1890)⁽¹⁰⁰⁾. Em Sagrada Escritura — do jesuíta belga Cornélio A Lapide (1566-1637), os seus tradicionais *Commentarii*, indispensáveis durante dois séculos para o estudo de todos os livros da Bíblia, em 11 volumes; do exegeta português João

(97) *Conf. RAPM*, ano IV, p. 769.

(98) *V. Enciclopedia Cattolica*, verbete «Ferraris».

(99) D. Sebastião Monteiro da Vide foi o quinto arcebispo da Bahia, nasceu em Monforte (Portugal), em 1643, e morreu na Bahia, em 1722. Aluno dos Jesuítas em Évora, formou-se em Cânones na Universidade de Coimbra. Após brilhante carreira eclesiástica, foi nomeado pelo rei D. Pedro II arcebispo da sede bahiana, em 1701. Criou muitas freguesias e reuniu, em 1707, o notável sínodo eclesiástico, onde fez aprovar e promulgou as *Constituições do Arcebispado da Bahia*, que publicou em livro, tornando-se esse repositório admirável de legislação canónica a norma da vida jurídica e administrativa da Igreja no Brasil, tanto na Colónia como na era imperial, até 1890.

(100) Camargo, Côn. Paulo Florêncio da Silveira — *História Eclesiástica do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1955, p. 375.

da Silveira (1592-1687), dez volumes de sua vasta obra sobre os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos e o Apocalipse. Em História Eclesiástica — a *Histoire Ecclésiastique* (20 volumes, Paris, 1691 a 1720), a mais importante e vasta obra do jurista e historiador francês Claude Fleury (1640-1723), grande amigo de Bossuet e de Bourdaloue, por cuja influência deixou a advocacia para tomar ordens e com quem participou (especialmente com o primeiro) do movimento galicano, que então empolgava a côrte de Luís XIV⁽¹⁰¹⁾; outra *Historia Ecclesiastica Vet. et Novi Testamenti*, do dominicano Natal Alexandre (1639-1724), que se tornou famoso pelo seu devotamento ao jansenismo, motivo por que combateu a bula *Unigenitus* e teve no Índice a sua *Historia*, acima citada, que prosseguiu muitas vezes reimpressa, com grande influência no ambiente cultural do seu tempo, em 8 volumes. Em Pastoral, Eloquência e Ascética — tratados e colecções de São Pedro Crisólogo (*Homiliae sacrae sive aurei sermones*, Bononiae, 1643), Quintiliano (*Institutiones Rhetoricae*), de Sêneca (as obras morais), além de «conferências morais», as «Conferências de Angers», manuais de meditação e de pregação, breviários, rituais, etc. (102).

Do exame dessa bibliografia especializada podemos observar que as obras procedem, em sua grande maioria, da França e da Itália, através dos centros editoriais religiosos mais activos do tempo, que são Roma, Veneza e Paris; da Espanha, não pode constituir surpresa, dadas as consequências políticas do pós-1640, que sua influência cultural não seja sequer notada, principalmente se nos lembrarmos de uma certa linha ideológica pró-hegemonia ibérica da Coroa castelhana, professada por elementos da teologia regalista de Madrid em detrimento da autonomia portuguesa, de que é expressivo

(101) Essa *Histoire Ecclésiastique*, por sua vinculação galicana, foi posta ao Índice. — Na relação não consta o nome de Agostinho Calmet (1672-1757), grande exegeta bíblico francês, que escreveu sua apreciada *Histoire de l'Ancien et du Nouveau Testament* (1707-1716), em 23v, que foi várias vezes reimpressa, obra essa que aparece nas livrarias de D. Frei Manuel da Ressurreição e do Côn. Luís Vieira da Silva.

(102) In *RAPM*, IV, p. 769/770.

exemplo o próprio canonista português Agostinho Barbosa (1590-1649), colaboracionista do domínio espanhol sobre Portugal e áulico de Filipe IV; algumas obras procedem da Alemanha, especialmente dos reinos e principados do Sacro Império (Áustria, Hungria, Boémia, Baviera, Renânia, Westfália, Palatinado, Silésia, Croácia, etc.), os quais, sob o domínio dos Habsburgos, permaneceram fiéis a Roma; a literatura teológica em questão partirá quase totalmente de elementos das Ordens Religiosas, após o Concílio de Trento com nítida prevalência da Companhia de Jesus, seguida dos dominicanos, franciscanos e alguns outros poucos; a contribuição da literatura de língua portuguesa (as do exegeta João da Silveira e do canonista D. Sebastião Monteiro da Vide, como vimos) é pequena, resumindo-se mais nos devocionários.

De acordo com a mentalidade didática do tempo — que, aliás, remonta à Idade Média — para cada disciplina escolar adopta-se um autor único, «hum Compendio, que possa servir para uso da Escola» (no significativo dizer dos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772 — Cap. I, Tít. III, Par. 82)⁽¹⁰³⁾. A natural carência dos livros é socorrida pelo uso do «compêndio», do «extracto», do «abrége», do «génio», do «espírito» e até das «*medullae*» das grandes obras, realizados pelos homens do século XVIII, época de uma certa preguiça ou incapacidade de criar, como o foi, ao contrário, o século anterior. Mas, nem sempre será fácil a elaboração sintética. Então, as *summae*, aqueles calhamaços de verdadeiras postilas (em Coimbra chamadas «grosas», principalmente os comentários manuscritos do texto de Aristóteles, ditados aos alunos), irão transformar-se em «bibliotecas», «dicionários», colectâneas, «*vademecums*», «*collectae*», imensos e numerosos volumes abrangendo numa só obra, de título genérico, matérias variadas. Já se vê que são obras eminentemente comentatórias, que estendem o estudo numa linha de certa horizontalidade informativa, sem enfo-

(103) In «Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra desde o princípio da nova Reformação até o mês de Setembro de 1777» no *Relatório*, de 1894, da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Academia das Ciências, 1895.

ques específicos nem pesquisas sistemáticas. Daí o facto de não ser encontrada com muita frequência, nessas colectâneas de comentário e divulgação, obra original e definitiva. O exemplo de Santo Afonso Maria de Liguori é a excepção à regra. Mas, o exemplo da regra geral está, em nossa bibliografia em estudo, nas *Oeuvres mêlées*, de Claude Joly, na verdade uma *mêlée* de dogma, moral, pregação, catecismo, cânones, etc., na *Moralis univversa*, de Tournely, um exaustivo repositório de 17 volumes de casuística, catecismo, direito canónico *et altera*, da *Theologia christiana dogmatico-moralis*, de Concina, da *Prompta bibliotheca canonica iuridica, moralis et theologica*, de Ferraris, pesadas sumas de 14 e 5 volumes, respectivamente. De resto, o mal não ocorre apenas com as obras da ciência eclesiástica. É geral o vexo do requentamento dos grandes trabalhos literários, filosóficos e científicos, sob a forma de divulgação geral, de que é tão ávido o século setecentista⁽¹⁰⁴⁾.

Outra observação interessante sobre a bibliografia que estamos estudando é a da grande desactualização em que se encontra, por parte dos seus interessados brasileiros, dos Seminários de Mariana e do Caraça. É uma bibliografia de obras que têm, em média, mais de cem anos de editadas, o que vale dizer que o clero mineiro da Independência está com a sua formação teológico-científica atrasada de mais de um centenário. Senão vejamos. Se fixarmos o ponto de partida dos estudos do Seminário do Caraça e relacionarmos com êle os anos em que foram editadas as principais obras das matérias curriculares dos cursos de filosofia e teologia, obteremos a «idade» dos textos respectivos. Colocaremos, então, essa cota etária no ano letivo de 1823-1824, justamente o ano em que se iniciou verdadeiramente o Seminário: se o tratado *Institutiones Logicae et Metaphysicae*, de Segismundo Storchenau, publicado em 1771, fôr adotado ali em 1823-1824, será uma obra que chega ao sertão brasileiro cinquenta anos depois... Estendendo êsse relacionamento às matérias teológicas,

(104) Hazard, Paul — *La pensée européenne au XVIII.ème siècle*. Paris, Boivin & Cie., 1940, 3v, t. II, p. 187/8.

a «idade» destas aumenta impressionantemente, como podemos ver no quadro abaixo:

<i>Matérias teológicas</i>	<i>Autores estudados</i>	<i>Data da edição</i>	<i>Adopção dos textos</i>	<i>«Idade» do texto</i>	<i>Média</i>
MORAL	Joly	1696	1823	127 anos	
»	S. Afonso	1785	1823	38 »	
»	Concina	1749	1823	74 »	76 anos
»	Antoine	1726	1823	97 »	
»	Cassina	1778	1823	45 »	
DOGMA	Tournely	1730	1823	93 anos	
»	Hontheim	1763	1823	60 »	76,5
DIREITO CANÔNICO	Anacleto	1710	1823	113 anos	
»	Pignatelli	1668	1823	155 »	115 anos
»	Ferraris	1746	1823	77 »	
»	Monteiro da Vide	1707	1823	116 »	
SAGRADA ESCRITURA	A-Lapide	1637	1823	186 anos	
»	Silveira	1687	1823	136 »	161 anos
HISTÓRIA ECLESIÁSTICA	Fleury	1723	1823	100 anos	
»	Alexandre	1724	1823	99 »	99,5

Média geral: 105 anos.

Se ainda nos dias de hoje a cultura brasileira — uma «cultura de repercussão», nós a chamaríamos — mantém uma desatualização geral bibliográfica de uma a duas dezenas de anos, não é de estranhar muito que, logo depois da Independência, ela estivesse atrasada mais de cem anos! Primeiro, pelas circunstâncias peculiares impostas pelos tempos coloniais a esse atraso centenário: livro no Brasil era coisa rara. As autoridades régias dificul-

taram sempre, a vinda dêles para a Colônia, embora tenham existido surpreendentemente as grandes livrarias setecentistas do bispo D. Frei Manuel da Ressurreição, de São Paulo, e do Cônego Luís Vieira da Silva, o Inconfidente mineiro, de Mariana ⁽¹⁰⁵⁾, muito antes que existisse o livro brasileiro, só possível depois da chegada da Côrte Real ao Rio de Janeiro. Segundo, porque o atraso bibliográfico centenário diz respeito às ciências teológicas. Expliquemo-nos: segundo a fé católica, o dogma é a doutrina inteira e única que se contém na Revelação divina, que o magistério infalível da Igreja impõe à crença dos fiéis cristãos. Ora, a Revelação ou Palavra de Deus está toda consubstanciada nas Sagradas Escrituras e acaba na morte dos Apóstolos. Perfeita e completa, encerra-se aí, sem possibilidade de surgirem novos dogmas depois. O dogma, pois, é imutável, intangível. Aliás, a palavra «dogma» significa aquilo que não pode ser criticado, «um avanço da metafísica sem crítica do conhecimento» — no dizer de Kant ⁽¹⁰⁶⁾. Não se pode trabalhar a parte substantiva do dogma, tem-se que ficar apenas na exposição, na definição e na pregação dêle. Já no século v, um dos Padres da Igreja, São Vicente de Lérins, embora desejando que «os antigos dogmas da Filosofia celeste se fôsem ilustrando no processo do tempo, devendo ser limados e polidos», proclama enfaticamente, em seu *Tractatus Peregrini* ou *Commonitorium pro catholicae fidei antiquitate et universitate* (434 A. D.) (obra em que pela primeira vez se definiu o que é «católico»: «aquilo que deve ser crido por tôda a parte, sempre e por todos»), que êsses dogmas «*jamaís sejam mudados, truncados ou mutilados*» («*nefas est ut commutentur, nefas ut detruncentur, ut mutilentur*») (Grifos nossos) ⁽¹⁰⁷⁾; a única coisa que se permite é ajudar no dogma as quali-

⁽¹⁰⁵⁾ Arroladas, respectivamente, no Arquivo do Estado de São Paulo, Maço 1.º, n.º 4, e nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, cit., t. I, p. 445 a 465, essas livrarias tinham um acervo de 375 obras e 1.548 volumes e 270 obras e quase 800 volumes.

⁽¹⁰⁶⁾ *Crítica da razão pura*, Prólogo.

⁽¹⁰⁷⁾ «Commonitorium». In *Patrologia Latina*, de J. — P. Migne. Parisiis, Typis Garnier Fratres, 1867, t. XXXII, n.º 30.

dades da «evidência, da clareza e da distinção, devendo-se conservar sua plenitude, integridade e propriedade» (108). Através dos séculos, essa intangibilidade do dogma vem-se mantendo e a contribuição, mesmo dos grandes doutores da Igreja, não passa de excelentes e eruditos comentários ou interpretações, a que têm trazido uma terminologia especializada das verdades da fé (como, por exemplo, os termos gregos *ousia*, *trias*, *ipóstasis*, *ómóusios*, etc.), que os concílios consagram, e ampliam na promulgação de cânones, anatematismos, profissões de fé, etc. Em última análise, são os concílios que movimentam e fazem fermentar os novos enfoques da ciência dogmática, que determinam uma intensificação da literatura teológica, como, aliás, está agora acontecendo com os ecos do Concílio Vaticano II. Mas, após terminadas as reuniões ecumênicas, cessadas as repercussões dos temas mais debatidos ou aprovados em suas *sessiones*, sobrevindo o passar dos anos, os especialistas retornam aos seus trabalhos de comentário e divulgação. É nisso que consistirá a grande parte da ciência eclesiástica. O século XVIII — ao qual pertence a quase totalidade da bibliografia acima lembrada — é uma época, vamos dizer, de verdadeiro declínio da teologia católica, já bastante distanciada do Concílio de Trento e das lutas religiosas de pós-Reforma. As obras do tempo são quase todas à base da hermenêutica, da casuística e da apologética, não muito diferentes nem distantes da literatura religiosa da Contra-Reforma, mas já amainadas pela rotina. Afóra um ou outro assunto novo ou de enfoque diferente — como poderiam ser lembrados o do probabilismo, colocado por Santo Afonso Maria de Liguori, em sua *Theologia Moralis* (1748) e o da autoridade Papal, sob a nova versão, quase heterodoxa, de Febronius, em seu *De statu Ecclesiae* (1763) — não houve nada de novo para escrever ou comentar, por largas décadas. Daí a não muito numerosa e bastante monótona bibliografia teológica da época, de que é reflexo fiel a centenária desatualização dos estudos do Seminário do Caraça.

(108) *Idem, ibidem.*